



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais – FADIR
Curso de Relações Internacionais

Karina Batista De Araújo

**As Relações Argentino-Brasileiras No Período De 2002 A 2009:
Contratempos, Afinidades E Uma Maior Integração Regional**

Dourados – MS
2017
Karina Batista De Araújo

**As Relações Argentino-Brasileiras No Período De 2002 A 2009:
Contratempos, Afinidades E Uma Maior Integração Regional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto.

**Dourados – MS
2017**
Karina Batista De Araújo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A663r Araujo, Karina Batista De

As relações argentino-brasileiras no período de 2002 A 2009: contratempos, afinidades e uma maior integração regional / Karina Batista De Araujo --

Dourados: UFGD, 2017.

64f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Tomaz Espósito Neto

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Relações argentino-brasileiras. 2. América do Sul. 3. MERCOSUL. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 08/08/2017, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais a aluna **Karina Batista de Araujo** tendo como título "As Relações Argentino-Brasileiras no Período de 2002 a 2010: contratempos, harmonia e o impulso para o Desenvolvimento da Região Sul-Americana".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Tomaz Espósito Neto (orientador), Dra. Adriana Kirchof de Brum (examinadora) e Me. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprovada.

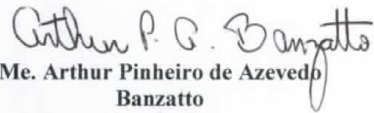
Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: Atendem as recomendações da banca

Assinaturas:


Dr. Tomaz Espósito Neto
Orientador


Dra. Adriana Kirchof de Brum
Examinadora


Me. Arthur Pinheiro de Azevedo
Banzatto
Examinador

Dedico à minha mãe e a todas as pessoas que acreditaram e me deram apoio durante a graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito a Deus, ao Universo por ter me proporcionado essa oportunidade de realizar o curso de Relações Internacionais na UFGD.

A Elizabeth, minha mãe. Sem ela isso nunca seria possível. Obrigada por tanto esforço e sacrifício para realizarmos esse sonho. A minha tia Elizeth que sempre nos ajudou quando precisamos.

Agradeço imensamente ao professor Marcio Scherma, por ter me iniciado na pesquisa e sempre ter acreditado, mesmo eu tendo plena certeza de que não era boa nisso. Mas foi uma oportunidade única, de grande conhecimento e aprendizado. Também agradeço ao professor Tomaz Espósito por ter me orientado na reta final deste trabalho de conclusão de curso.

Aos meus amigos, tanto os antigos, como os que fiz em Dourados, da Faculdade, da AIESEC, dos Intercâmbios realizados para a Argentina, que foram de grande valia para meu desenvolvimento pessoal e profissional, sempre serei grata.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que cruzei durante o período da graduação, professores e alunos que foram meus companheiros nessa jornada.

As Relações Argentino-Brasileiras No Período De 2002 A 2009: Contratempos, Afinidades E Uma Maior Integração Regional

*ARGENTINE-BRAZILIAN RELATIONS IN THE PERIOD 2002 TO 2009: SETBACKS, AFFINITIES AND
MORE REGIONAL INTEGRATION*

RESUMO

A partir da primeira década dos anos 2000, em decorrência das mudanças ocorridas na região Sul-Americana, houve maior aproximação entre Brasil e Argentina. O presidente do Brasil nesse período, Luiz Inácio Lula da Silva, procurou projetar o Brasil internacionalmente investindo nas relações com países vizinhos, com o objetivo de maior aproximação da Argentina de Néstor Kirchner, que buscou reerguer a Argentina da crise em que se encontrava, vendo no Brasil um parceiro potencial, a fim de lograr o aprofundamento de uma parceria estratégica e da Cooperação Sul-Sul. Sabe-se que a relação entre esses dois países é a mais intensa e antiga da história diplomática do Brasil. Diante deste cenário, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a aproximação das relações Argentino-Brasileiras durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner e Lula (2002-2009) com ênfase nos aspectos políticos e econômicos, a partir de uma perspectiva regionalista pós-liberal das Relações Internacionais. Com base nisso, busca-se verificar se essa ampliação das relações, com a revitalização do Mercosul e maior aproximação econômica, levou a uma maior harmonia na integração dos países Sul-Americanos, proporcionando maior projeção e reconhecimento da região no Cenário Internacional.

Palavras-chave: Relações Argentino-brasileiras; América do Sul; Mercosul.

As Relações Argentino-Brasileiras No Período De 2002 A 2009: Contratempos, Afinidades E Uma Maior Integração Regional

*ARGENTINE-BRAZILIAN RELATIONS IN THE PERIOD 2002 TO 2009: SETBACKS, AFFINITIES AND
MORE REGIONAL INTEGRATION*

ABSTRACT

From the first decade of the 2000s, due to the changes in the South American region, there was a greater approximation between Brazil and Argentina. The president of Brazil in this period, Luiz Inácio Lula da Silva, sought to project Brazil internationally by investing in relations with neighboring countries, with the aim of bringing Argentina closer to Nestor Kirchner, who sought to restore Argentina from the crisis it was in, seeing in Brazil a potential partner, in order to achieve the deepening of a strategic partnership and South-South Cooperation. It is known that the relationship between these two countries is the most intense and ancient in Brazilian diplomatic history. In view of this scenario, the present study aims to analyze the approximation of the Argentine-Brazilian relations during the governments of Néstor and Cristina Kirchner and Lula (2002-2009) with emphasis on the political and economic aspects, starting from a perspective Post-liberal regionalist of International Relations. Based on this, it is sought to verify if this enlargement of the relations, with the revitalization of the Mercosur and greater economic approximation, led to a greater harmony in the integration of the South American countries, providing greater projection and acknowledgment of the region in the International Scene.

Keywords: Argentine-Brazilian relations; South America; MERCOSUR.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 - UM BREVE DECORRER HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ARGENTINO-BRASILEIRAS A PARTIR DO PÓS- SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	11
1.2O período da Ditadura Militar na região	14
1.3 O contencioso Itaipu-Corpus.....	16
1.4 As relações durante a Guerra das Malvinas/Falklands	18
1.5 A relação Brasil- Argentina no fim da ditadura e no processo de redemocratização.....	19
2 – O INÍCIO DE UMA PARCERIA ESTRATÉGICA ARGENTINO-BRASILEIRA, A CRISE NA REGIÃO E A ONDA ROSA	21
2.1 O início da década de 1990, criação do MERCOSUL.....	21
2.2 O período turbulento do final dos anos 90 e a nova oportunidade no início do novo milênio	24
3 - AS RELAÇÕES COMERCIAIS DE KIRCHNER E LULA E A REVITALIZAÇÃO DA REGIÃO SUL-AMERICANA: VETORES INTERNOS E EXTERNOS.....	29
3.1 Os governos de Lula da Silva e Néstor Kischner	29
3.2 Desenvolvimento social como agenda das relações entre os dois países	31
3.3 Evolução comercial Brasil-Argentina no Âmbito do MERCOSUL	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS	56
ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES DO BRASIL E DA ARGENTINA	56
ANEXO B – CRONOLOGIA DO MERCOSUL.....	58
ANEXO C – CONSENSO DE BUENOS AIRES.....	60
ANEXO D- LISTA DOS PRESIDENTES DA ARGENTINA E DO BRASIL.....	63

INTRODUÇÃO

A globalização é um fenômeno histórico característico do capitalismo, com sua fase mais aguda nas últimas décadas do século XX. Por meio dela as relações comerciais entre os países estreitaram-se e surgiram os blocos econômicos com o intuito de fortalecer o comércio dos países no mercado internacional (PETRI; WEBER, 2006).

O atual cenário da globalização é o resultado das relações econômicas e políticas entre os diversos países, que ultrapassam as fronteiras e os limites de atuação dos mesmos. Pode ser considerada como um processo de interligação e interdependência entre as sociedades, tendo como consequência a intensificação das relações não apenas comerciais, mas também políticas, econômicas, sociais e culturais entre os países. (PETRI; WEBER, 2006).

O presente trabalho de conclusão de curso aborda a aproximação das relações argentino-brasileiras durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner e Lula, com o objetivo de analisar o desenvolvimento comercial e a aproximação social da região sul-americana nesse período. Para maior compreensão da evolução dessa relação, foi realizado um repasse na história de governos anteriores iniciando no pós Segunda Guerra Mundial, com destaque para os governos de Alfonsín e Sarney, cujo período foi de grande importância com maior interação e aproximação de ambos os países, impulsionando à criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

O trabalho partilha da visão de Granato (2012) sobre o desenvolvimento da relação argentino-brasileira que levou à aproximação de ambos e ao entendimento:

Desde o final do século XIX, as relações bilaterais Argentino-Brasileiras evoluíram de uma fase inicial de rivalidade para uma cooperação baseada no entendimento de que uma aliança estratégica entre ambos constituiria o “motor” da integração regional na América do Sul. (GRANATO, 2012, p.3).

Buscou-se verificar o impacto causado pelas mudanças políticas em decorrência das eleições durante esse período, a partir da hipótese de que a ascensão de governos de esquerda eleitos, resultou em uma aproximação na relação dos países da região sul-americana e impactou positivamente no desenvolvimento comercial e social da região.

A aproximação de ambos os Estados, a crise do modelo neoliberal do Consenso de Washington (com as crises desencadeadas no final dos anos 90) e a chamada “Onda Rosa” no início dos anos 2000 em alguns governos sul-americanos, o âmbito social ganhou maior

atenção, e novas ideias e projetos foram implementados na região, o que levou a uma maior integração regional.

O tema é bastante relevante. Cabe ressaltar que a Argentina e o Brasil são os maiores países da América do Sul, em questão de território, população e relações comerciais, e que mesmo com a importância de múltiplos parceiros do Brasil atualmente (cooperação Sul-Sul) não se deve deixar de lado a relevância do maior vizinho sul-americano que, todavia, é um dos seus maiores parceiros comerciais e políticos.

Sabe-se que a relação de ambos os países nem sempre foi muito amistosa e sim caracterizada por relações de conflitos. Procurou-se verificar se a mudança nas relações durante o período escolhido fomentou uma maior harmonia na união dos países da região sul-americana e se auxiliou no desenvolvimento e na projeção internacional da região.

O trabalho baseia-se na hipótese de que com as pretensões de Lula em projetar o Brasil internacionalmente buscou maior aproximação da Argentina, e contou com a vontade de maior cooperação de Nestor Kirchner, para lograr o aprofundamento das relações dos países sul-americanos e o destaque do Brasil como impulsor e líder da região. Da mesma forma em que a Argentina também apresentou interesse comercial e político em ampliar suas relações por meio de uma aliança com o Brasil. “Com Néstor e Lula há uma inédita vontade política dos dois presidentes no sentido do trabalho junto, articulado, de forma cooperativa, orientando ações e táticas na mesma direção”, aponta Saraiva, 2004.

Enfatiza-se que com o giro a esquerda de governos na América Latina, a política externa assertiva do governo brasileiro, o aprofundamento da relação argentino-brasileira, mesmo que com alguns contratempos, a junção de ambos para a revitalização do MERCOSUL, foi dada maior atenção e impulso à região sul-americana no cenário internacional.

O referencial teórico utilizado na elaboração do trabalho foi do artigo “Lilliputians’ Dilemmas: Small States in International Politics”, de Robert Keohane (1964). O autor discute o tamanho dos Estados e seu papel no Sistema Internacional. Com base no artigo de Keohane, o Brasil e sua relação no Sistema Internacional e principalmente com a aproximação argentina, podem ser classificados, na denominação do autor, como “*O Estado que afeta o sistema*”. O mesmo classifica como “Estados que não podem afetar o sistema agindo sozinho, podem, entretanto, esperar um impacto significativo trabalhando em pequenos grupos, alianças ou em organizações universais ou regionais” (KEOHANE, 1964, p.6).

Também optou-se por basear no referencial teórico do autor José Antônio Sanahuja (2008), que ele denomina de “Regionalismo Pós-Liberal”, que emerge na região após o fracasso do modelo liberal de “Regionalismo Aberto” iniciado nos anos 90, com foco no âmbito econômico e comercial. Sanahuja aponta que o “Regionalismo Pós-liberal” traz consigo uma integração com maior primazia política/social e menor enfoque no setor econômico.

Mayor preocupación por las dimensiones sociales y las asimetrías en cuanto a niveles de desarrollo, y la vinculación entre la integración regional y la reducción de la pobreza y la desigualdad, en un contexto político en el que la justicia social ha adquirido mayor peso en la agenda política de la región. (SANAHUJA, 2008, p.23)

Outros autores como Veiga e Ríos, também destacam esse afloramento do regionalismo pós-liberal e as mudanças de paradigmas que este traz consigo.

A emergência do regionalismo pós-liberal na América do Sul introduz uma nítida inflexão na agenda da integração: novas iniciativas são lançadas, novos objetivos são definidos, novas prioridades temáticas são propostas e novos atores sociais ganham prioridade como supostos beneficiários da integração. (VEIGA; RÍOS, 2007, p.21)

Para a elaboração desse texto, optou-se pelo método histórico-descritivo e qualitativo, através de uma pesquisa baseada em revisão bibliográfica das relações argentino-brasileiras, como também o levantamento de fontes primárias (documentos oficiais, dados estatísticos e acordos de cooperação).

Assim, este trabalho de conclusão de curso ressalta que os países não carecem, necessariamente, estar alinhados aos Estados Unidos (grande potência) para se destacar no cenário internacional. Podem sobressair-se utilizando outras estratégias, como por exemplo, manter relações tanto diplomáticas, comerciais e econômicas com parceiros menores, com os próprios Estados vizinhos e também, através de Organizações Internacionais, como o MERCOSUL. E que estas relações não necessariamente necessitam estar pautadas somente no âmbito comercial, mas sim, com desenvolvimento no âmbito social, cultural.

Este trabalho está dividido em três capítulos além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta um breve decorrer histórico das relações Argentino-Brasileiras a partir do Pós - Segunda Guerra Mundial. O segundo capítulo aborda o período de aproximação dessas relações e discorre sobre a Onda Rosa e o terceiro capítulo destaca as relações político-econômicas de Néstor / Cristina Kirchner e Lula e a revitalização do MERCOSUL.

1 - UM BREVE DECORRER HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ARGENTINO-BRASILEIRAS A PARTIR DO PÓS- SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Inicialmente, faz-se importante neste trabalho de conclusão de curso, repassar sobre as relações da Argentina e do Brasil no cenário pós Segunda Guerra, cujo período foi de grande mudança e novos paradigmas no Sistema Internacional e que foi repleto de mudanças na postura dos governos latino-americanos, ora as relações Argentino-Brasileiras se encontravam, ora se distanciavam.

Escudé (1983) ressalta que a Argentina no imediato pós Segunda Guerra Mundial era um dos países mais promissores da América do Sul, considerada até líder da região, e por outro lado era também o país com maiores problemas de relações com os Estados Unidos, país que após a Segunda Guerra viria a ter grande influencia não só nos governos latino-americanos, como em todo o Sistema Internacional (Pax Americana)¹.

Escudé (1983) aponta que um dos motivos que levou ao início da crise da economia Argentina, e seu posto como “líder da América do Sul”, foi quando no período pós- Segunda-Guerra houve o rompimento das relações com a Grã-Bretanha e a Argentina não teria outro aliado à altura que a pudesse ajudar econômica e comercialmente. O autor aponta que existiu uma grande diferença em relação ao Brasil, que nesse período mantinha relações com os Estados Unidos, ao contrário do país rio-platense.

1.1 As políticas adotadas por Argentina e Brasil durante a Guerra Fria

A Guerra Fria iniciou-se em 1945, foi um conflito político-ideológico que dividia o mundo entre o Capitalismo dos Estados Unidos e o Comunismo da União Soviética. Num primeiro momento a Guerra Fria se legitimava por meio de algumas alianças militares como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sob a alegação de combater o expansionismo soviético. A luta ideológica, militar e tecnológica contra o comunismo soviético levou os EUA a liderar uma contrarrevolução, promovendo o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo. (SILVA, 2017).

No ano de 1946, pouco tempo depois da Guerra Fria, entrava em vigência na Argentina o Governo de Juan Domingo Perón. Um militar que, durante sua gestão de Secretário Trabalhista no início dos anos 1940 e cargos que lhe foram atribuídos durante o

¹ A Pax Americana é um termo latino referindo-se a hegemonia norte-americana no mundo.

governo de Edelmiro Farrell, considerava que o mais importante para o futuro da nação era o diálogo com as massas, a democracia popular, pensamentos diferentes da realidade que a Argentina já conheceu.

Perón foi um dos maiores nomes da política argentina, que dividiu a política nacional em um antes e depois. Criador do movimento político Peronista, que teria como eixos principais: o pragmatismo (que segundo Perón “mejor que decir es hacer, mejor que prometer es realizar”), a ideia de Justiça Social (que o fez ter mais apoio da classe trabalhadora, por sua política inclusiva da sociedade “menos favorecida”. Esse apoio devido também a sua esposa na época Eva Perón, que tinha grande apoio da massa popular em virtude de sua origem humilde e da ajuda que proferia durante sua jornada de primeira dama aos mais necessitados), e também o direcionamento na política externa de “Terceira Posição” (OBRAS COMPLETAS, 2000).

Durante o primeiro governo de Perón (1946 a 1955), este declarou sua política externa como de “Terceira Posição”, que significava posição no cenário internacional de neutralidade com a Guerra Fria (equidistante tanto da posição dos Estados Unidos, quanto da União Soviética), de cunho nacionalista, que buscava, sobretudo, a diversificação comercial, rumo a um novo relacionamento com a América Latina, objetivando autonomia da região, afastando os interesses das duas superpotências (SIMONOFF, 2010).

Cavlak (2008) aponta como demonstração da “Terceira Posição” a relutância inicial Argentina em fazer parte dos órgãos multilaterais, como o FMI, o BIRD, A UNESCO e a FAO, por estarem ligados ao sistema capitalista dos Estados Unidos.

O Presidente argentino conseguiu manter essa neutralidade em relação aos Estados Unidos devido à sua aliança comercial com a Grã-Bretanha, que era seu maior importador econômico na época. (ESCUDE, 1983).

Esse feito de Perón é visto como um dos principais marcos da política externa Argentina. Sua busca de posicionamento internacional, olhos voltados para o desenvolvimento da industrialização nacional e relações mais profundas com a América do Sul, são algumas de suas realizações que faz com que seu nome seja lembrado até os dias atuais.

Porém, no final dos anos 40 com o rompimento das relações com a Inglaterra, como salienta Cavlak (2008), Perón testou uma aproximação com os EUA, já que este encontrava-se disposto em emprestar dinheiro para a Argentina não quebrar economicamente e claro, ter

um poder de influência no país. Porém, o povo argentino não aceitou essa aproximação e Perón viu-se forçado novamente a declarar a Terceira posição e recusar o empréstimo. O que complicou a situação econômica argentina.

No Brasil, nesse período, encontrava-se em vigência o Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) que, ao contrário de Perón, tinha uma política de alinhamento aos Estados Unidos, como enfatiza Cavlak (2008, p.54) “[...] No Brasil, diferentemente da Argentina, houve um clima de apoio e admiração aos Estados Unidos”.

Nesse período as relações entre Argentina e Brasil foram mais de desconfianças do que de cooperação, principalmente pela posição divergente dos dirigentes em relação ao que ocorria no cenário internacional com a Guerra Fria.

O governo de Dutra foi sucedido pelo Segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954), um grande nome da política brasileira. Vargas em sua política externa procurava aproximação com a Argentina de Perón, em busca de uma relação de cooperação para evitar conflitos. (SARAIVA, 2012, p. 42)

Vargas, na política externa, também seguia uma linha de cunho mais liberal e sua posição no cenário internacional, diferentemente de Perón, não era de neutralidade com as superpotências conflitantes da Guerra Fria, e sim, uma relação cordial com os Estados Unidos.

Assim, essa postura brasileira em relação aos Estados Unidos fez com que o mesmo recebesse maior apoio da Superpotência e se destacasse como “subpotência da América do Sul”, o que impulsionou sua busca de líder da regional e fez com que a relação com os países vizinhos, principalmente com a Argentina, se tornassem mais desconfiadas, conflituosas.

Nessa época houve mais afastamento que cooperação entre ambos, principalmente pela desconfiança de Perón em relação a essa política de relacionamento de Vargas com os Estados Unidos.

1.2 O período da Ditadura Militar na região

Nos anos que seguiram, instalaram-se em vários países latino-americanos os regimes militares. Muitos apoiados pelos Estados Unidos, com a justificativa de conter o comunismo na região².

Na Argentina, já desgastada economicamente e com a derrubada de Perón (através de golpe militar) no ano de 1955, iniciou-se a gestão do militar Eduardo Lonardi. Esse período ficou conhecido na Argentina como “Revolução Libertadora”.

O Brasil, a partir de 1951, começou a expressar-se entre as elites governantes. Com o governo de Vargas (eleito pelo voto popular), surgiram movimentos nacionalistas que expressaram o descontentamento diante dos meios financeiros limitados e do fracasso dos acordos de cooperação com os EUA. Este governo de Vargas alterou a política externa por meio da adoção de uma retórica populista. Já que a intenção dos Estados Unidos era acabar com a influência soviética na região, o governo brasileiro passou a negociar projetos econômicos mais favoráveis acreditando que poderia obter apoio dos EUA (MILANI, 2011).

Em 1958 no governo de Juscelino Kubitschek, através da Operação Pan-Americana (OPA), foi articulada em consonância uma demanda de cooperação com os Estados Unidos. O objetivo central da OPA era a implantação de projetos de luta contra a pobreza. Tratava-se de uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, no qual se acreditava que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam formas de evitar a penetração de ideologias antidemocráticas (MELLO E SILVA, 1992).

Nos anos de 1960 a política externa independente (PEI) foi um marco fundamental na história das relações entre o Brasil e o EUA. Nesse período as relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foram restabelecidas. A PEI iniciou-se no governo Jânio Quadros que considerava a política exterior como um ponto fundamental na busca pelo desenvolvimento do país, pela superação da pobreza e pelo alcance da justiça social. A ideia central da PEI de Jânio Quadros foi o estabelecimento das relações comerciais e diplomáticas seguindo o princípio de que todos os países seriam considerados parceiros comerciais e diplomáticos (MANZUR, 2014).

Posteriormente, os anos de 1964 no Brasil foram marcados pela Ditadura Militar. Durante esse período as políticas externas de Argentina e Brasil sofreram rupturas

² O presente trabalho não busca aprofundar no período da Ditadura Militar, só será destacado o conflito de Itaipu e a Guerra das Malvinas.

(SARAIVA, 2012, p. 45), com apenas algumas ações conjuntas, voltadas principalmente, para a contenção do comunismo na região. Um exemplo de aproximação entre Argentina e Brasil no período da ditadura, pode ser vista na gestão do Militar Onganía na Argentina de 1966, que segundo Moniz:

[...]defendeu o estabelecimento de uma aliança entre os exércitos da Argentina e do Brasil, a fim de constituir o núcleo de uma força interamericana e circundar os dois países com uma fronteira ideológica, como medida preventiva contra a expansão do comunismo. (MONIZ,1993, p. 221)

Outra ação conjunta no período ditatorial foi a Operação Condor, que não foi uma ação bilateral, mas sim com os demais países da América Latina que passavam por esses governos, como, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai e que contava com o apoio da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos.

Os regimes militares engajados na Operação Condor praticaram atos terroristas para destruir a “ameaça subversiva” da esquerda e defender o Ocidente. “Entende-se aqui que a denominação “subversiva” refere-se àqueles com ideias perigosas que desafiaram a ordem tradicional”. Eram dissidentes, ativistas sociais ou revolucionários armados. (grifos do autor) (McSHERRY, 2005 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 46)

Logo, nesse período não houve grande tentativa de cooperar bilateralmente. Foram políticas mais voltadas aos interesses dos Estados Unidos, principalmente com o cenário internacional da Revolução Cubana, que posteriormente, geraria maior preocupação dos Estados Unidos com a região latino-americana, com Fidel Castro declarando seu governo alinhado à política comunista soviética.

As relações foram centradas na contenção do comunismo e este trabalho não tem por intuito aprofundar sobre as políticas terroristas e opressoras ocorridas nesse período ditatorial³. Nos anos 70 já ocorreram acontecimentos na região que influenciaram nas relações Argentino-Brasileiras não voltadas somente à contenção do comunismo.

O final dessa década foi marcado por uma reformulação das estratégias do poder norte-americano em decorrência das dificuldades expansionistas no sistema mundial. Todas essas situações provocaram grandes mudanças no funcionamento e na hierarquia das relações internacionais das décadas seguintes (SANTOS; SILVA, 2014).

³ Aos interessados em aprofundar a leitura nos governos da ditadura é indicada a leitura de L. A. M. G. Gesteira: A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul, (2014).

Após mais de 15 anos de ausência, com apoio popular, Perón regressa à presidência Argentina na década de 70. O cenário internacional já não era o mesmo. Perón já não contava com as mesmas condições e condutas de seu primeiro mandato.

O peronismo retoma o projeto de "autonomia heterodoxa": a Argentina integra o Movimento Não-Alinhado e aprofunda laços com países afro-asiáticos, ao mesmo tempo em que mantém relações "normais" com os Estados Unidos. Perón deixa de lado a postura de conflito com o Brasil. Entretanto, sua morte, em 1974, reduz consideravelmente o ímpeto dessas diretrizes de política externa.

Sua sucessora, María Estela Martínez de Perón, se distancia das bases do peronismo e se apega à ultradireita de López Rega. No plano externo, volta à política de alinhamento com os Estados Unidos. As relações com o Brasil entram em estagnação. A situação, insustentável, leva ao golpe de 1976 (CANDEAS, 2005, s/p).

Na América Latina já não se sustentava o modelo de substituição de importações, já era notável uma crescente vantagem do capitalismo sobre o comunismo no mundo, e também, nesse mesmo ano, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentam os preços do barril de petróleo, gerando no mundo a primeira crise do produto. (NICANOFF & PITA, 2008, p. 65)

No mesmo período no Brasil, o governo do militar Médici, foi considerado o período de “Anos de Chumbo” da ditadura brasileira, “(...) tendia ao aumento do uso da violência e da força, foi o período de sistematização e generalização das práticas repressivas, como tortura, sequestros, assassinatos e desaparecimentos” (FERNANDES, 2010, p. 162).

Mesmo com essa política interna de forte repressão, nas décadas de 60 e 70 ocorreu no Brasil o chamado “Milagre Econômico”, período de grande crescimento econômico interno devido a grande industrialização no país.

1.3 O contencioso Itaipu-Corpus

Um destacado conflito entre Argentina e Brasil em 1973, como cita Fernandes (2010), iniciado durante a ditadura de Lanusse na Argentina, foi a assinatura do presidente brasileiro Médici com o presidente paraguaio Stroessner do Tratado de Itaipu⁴. Lanusse alegava que não havia sido consultado a respeito (já que o território também correspondia à Argentina, na Tríplice Fronteira) e que esse acordo afetava a economia Argentina. Esse episódio configurou grande desarmonia na relação dos dois países.

⁴ Tratado assinado entre Brasil e Paraguai para a construção da Hidrelétrica no Rio Paraná.

Assim, em decorrência do Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai a Argentina reage, defendendo a obrigação de consulta prévia sobre a construção de represas em rios internacionais de curso sucessivo. O Brasil, por sua vez, defende a tese da soberania nacional sobre os recursos naturais, aplicando uma política de fato consumado (CANDEAS, 2005).

O final dessa década foi marcado por uma reformulação das estratégias do poder norte-americano em decorrência das dificuldades expansionistas no sistema mundial. Todas essas situações provocaram grandes mudanças no funcionamento e na hierarquia das relações internacionais das décadas seguintes (SANTOS, 2013).

Esse contencioso Itaipu-Corpus⁵ se estendeu por toda a década de 70, gerando muitas situações conflituosas entre Argentina e Brasil. O medo de um se sobressair sobre o outro na região, em ser escolhido como líder, fazia com que os impasses se atenuassem.

Desde 1967, a Argentina aplica ao problema de Itaipu a estratégia de avançar pela via multilateral. Nessa perspectiva, obtém votações favoráveis, por ampla maioria, nos foros internacionais, e firma em 1969 o Tratado da Bacia do Prata. Porém ainda tenta deixar de lado o conflito e propõe a exploração simultânea dos recursos naturais da região. Mas a fragilidade política interna e principalmente o desaparecimento do líder argentino inviabiliza a coordenação com o Brasil. A Argentina diversifica a estratégia, acrescentando negociações bilaterais ao esquema multilateral (Bacia do Prata): denuncia o acordo de Nova York celebrado com o Brasil em torno de Itaipu e lança os projetos de Corpus, Yacyretá e Salto Grande em entendimentos diretos com Paraguai e Uruguai (CANDEAS, 2005, p. 200).

Foi um período conturbado até que, depois de muitas negociações do presidente Figueiredo, foi assinado o Tratado de Tripartite em 1979⁶. “Figueiredo recebeu de seu antecessor um quadro de relações difíceis com a Argentina, e que, a aproximação e a resolução dos impasses internacionais entre Buenos Aires e Brasília foi um grande feito da Diplomacia Brasileira” (ESPÓSITO NETO, 2006, p. 43).

Em 1980, em relação à energia nuclear, durante a visita de Estado do presidente Figueiredo, é assinado o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (CANDEAS, 2005).

⁵ Itaipu era a ideia de construção da hidrelétrica do Brasil com o Paraguai; Corpus a ideia de construção hidrelétrica da Argentina com o Paraguai.

⁶ Acordo que pôs fim ao litígio entre Argentina e Brasil pela construção da Hidrelétrica na Tríplice Fronteira.

1.4 As relações durante a Guerra das Malvinas/Falklands

Figueiredo buscou durante seu governo (1979-1985) manter uma relação amistosa com a Argentina. Não mediu esforços para a resolução do contencioso de Itaipu e demonstrou uma maior aproximação durante a Guerra das Malvinas⁷ iniciada em 1982.

A Guerra das Malvinas (1982) constitui evento central da história argentina. Suas condicionantes de política interna são a aliança entre o general Galtieri e o Almirante Massera, que resultou na deposição do general Viola e aproximou Exército e Marinha, e a rápida deterioração da situação interna – que exigia, aos olhos dos militares, empreendimento contra inimigo externo que gerasse coesão no país, em nível pelo menos equivalente à da Copa de 1978 (CANDEAS, 2005, p. 201).

Durante o conflito das Malvinas, a Argentina pensava que obteria apoio dos Estados Unidos, o que não ocorreu e foi visto como grande desrespeito ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que dispõem em seu artigo 3º:

1. Las Altas Partes Contratantes convienen en que un ataque armado por parte de cualquier Estado contra un Estado Americano, será considerado como un ataque contra todos los Estados Americanos, y en consecuencia, cada una de dichas Partes Contratantes se compromete a ayudar a hacer frente al ataque, en ejercicio del derecho inmanente de legítima defensa individual o colectiva que reconoce el Artículo 51 de la Carta de las Naciones Unidas. (TIAR, 1947, s/p)⁸

Os Estados Unidos nesse período encontravam-se na administração Reagan, que não buscava dedicar tanta ajuda aos países latino-americanos, buscava sim maior poder hegemônico e contenção do comunismo, como enfatiza Varas (1990), exercia um paradigma de controle coercitivo.

El control coercitivo se caracterizó por la generación de un orden regional que no estaba basado en instituciones, reglas e intereses comunes, sino en la amenaza y/o el uso efectivo de la fuerza para proteger los intereses nacionales de la potencia hegemónica. (VARAS, 1990).

Para o autor Espósito Neto (2006), o Brasil sempre manteve uma atuação de dualidade no que diz respeito às Malvinas, somente no governo de Figueiredo que foi observado um maior apoio, para assim ter melhores relações com a Argentina que começavam a caminhar para uma parceria e não era viável perder esses “bons tempos”. Da mesma maneira que não era viável cortar relações com a Grã-Bretanha, um grande parceiro comercial.

⁷ Conflito entre Argentina e Reino Unido pela soberania das Ilhas Malvinas/Falklands.

⁸ Todos os dispositivos do TIAR estão disponíveis em: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/b-29.html>>.

Devido à falta de apoio norte-americano no conflito, houve maior aproximação dos países sul-americanos. Mesmo a Argentina perdendo a soberania das Malvinas, e, mesmo que o Brasil não tenha lutado nos confrontos armados para não romper relações com a Grã-Bretanha, houve cooperação por parte do Brasil na ajuda de armamentos militares para a Argentina.

O episódio das Malvinas marcou a queda do militar Galtieri e o fim da ditadura na Argentina. A nova configuração no cenário sul-americano, com a redemocratização, propiciou novos rumos nas relações Argentino-brasileiras.

1.5 A relação Brasil-Argentina no fim da ditadura e no processo de redemocratização

A partir de meados da década de 80, com o fim das ditaduras militares na Argentina e no Brasil, houve um maior impulso à cooperação e integração entre ambos. No Brasil reiniciou-se a transição democrática, com o governo do presidente José Sarney (1985) e na Argentina, com o presidente Raúl Alfonsín (1983).

Na Argentina esse período de redemocratização, segundo Candeas (2005, p. 202),

não assegurou equilíbrio econômico. Em 1985, o Plano Austral tentou corrigir o curso, impondo controle de preços, salários e câmbio, redução dos gastos do Estado e freio à emissão monetária. Seguem-se os Planos Austral II e Primavera, como congelamento de preços, tarifas, salários e câmbio. O fracasso desses planos produziu hiperinflação, escalada do dólar, desemprego, recessão e desgaste político de Alfonsín.

Sarney e Alfonsín necessitavam reerguer suas economias, que atravessavam etapas de estagnação, baixo crescimento, devido à crise do petróleo no início da década de 80. A mais importante iniciativa de Sarney foi a busca de articulação com a Argentina de Alfonsín para o desenvolvimento dos mercados internos de ambos. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2011, p. 112)

No final do ano de 1985 é assinada a Declaração de Iguazu entre Argentina e Brasil, e com ela “[...] inicia-se um processo bilateral que privilegiava o incremento das relações comerciais, a complementação setorial da indústria e a cooperação tecnológica, com ênfase na área nuclear” (GRANATO, 2012, p. 79). O tema da agenda nuclear foi o ápice da aproximação da década de 80 entre Argentina e Brasil (CARPES, 2006, p. 64).

Outros acordos entre Argentina e Brasil nesses governos foram o PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica) em 1986, e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento em 1988, que foram a base para fortalecer a relação entre os países.

Períodos	Relações Argentina-Brasil	Estratégias de inserção global da Argentina	Relações Argentina-América Latina
1979-1983	Construção da estabilidade estrutural pela cooperação	Oscilação entre autonomia heterodoxa e alinhamento heterodoxo aos EUA.	Situação de pré-guerra com o Chile
	Acordos sobre Itaipu/Corpus e programa nuclear	“Fronteiras ideológicas” Guerra das Malvinas. A Argentina como “pátria” internacional	Combate à “infiltração comunista”
1983-1988	Apoio do Brasil na Guerra das Malvinas	Persistência da autonomia heterodoxa com ênfase no Mundo Não-Alinhado	Referência para a redemocratização no continente
	Acordos Sarney-Alfonsín	Tentativa de recomposição das relações com a Europa (sobretudo Inglaterra)	Latino-americanismo
	O PICE e os protocolos de integração	“Recomposição madura” das relações com os EUA.	Impulso à integração econômica

QUADRO 1 - Relações Argentina-Brasil-América Latina- Mundo
Fonte: CANDEAS, 2005, p. 180. (Adaptado pela autora)

Por meio do Quadro I é possível constatar que Brasil e Argentina apresentam uma dinâmica própria na história das relações diplomáticas dos países. Relações essas que se intensificaram na década de 1980. Os governos de Sarney e Alfonsín foram responsáveis pela busca de soluções para a crise econômica que afetava os países. A retomada da democracia nesse período impulsionou os governos a assinarem uma série de acordos e processos de cooperação (SANTOS, 2013).

Essa relação entre Alfonsín e Sarney foi um grande passo para a integração e cooperação entre Brasil e Argentina, que através destes tratados e acordos, buscaram superar a grande rivalidade histórica entre ambos e deram o pontapé inicial para que nos anos seguintes ocorresse a criação do MERCOSUL.

2 – O INÍCIO DE UMA PARCERIA ESTRATÉGICA ARGENTINO-BRASILEIRA, A CRISE NA REGIÃO E A ONDA ROSA

A conjuntura dos anos seguintes com o fim da Guerra Fria e com a Globalização, a emergência no Cenário Internacional de novos temas, novos atores, ocasionou certa mudança nos interesses e no projeto político de ambos os países.

2.1 O início da década de 1990, criação do MERCOSUL

No início da década de 90 “(...) as relações com o Cone Sul foram mantidas, ganhando destaque a Assinatura do Tratado de Assunção⁹ em 1991, que criou o MERCOSUL” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011, p. 71), porém ambos os países optaram por manter seus governos alinhados às políticas da potência vencedora da Guerra Fria, Estados Unidos.

A assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, incentivado pela relação argentino-brasileira e conformado também por Paraguai e Uruguai, compondo o MERCOSUL, representou um grande passo para a integração dos países sul-americanos. Seguindo a tendência de formação de blocos regionais que caracterizava o cenário internacional nessa década, tendo como interesse inicial a questão econômica, motivado principalmente pelas políticas neoliberais do Consenso de Washington¹⁰.

O Mercosul é visto como um processo complexo de construção progressiva de um espaço integrado no Cone Sul. Trata-se de uma realidade embasada no contexto histórico e político do continente sul-americano, apresentando características iminentes, do ponto de vista sociocultural que ultrapassam os resultados alcançados nos planos comercial, político, diplomático dos países membros (BASTOS, 2011).

O quadro abaixo apresenta algumas diferenças entre os países membros do Mercosul antes da integração:

⁹ Tratado de Assunção para melhor entendimento, encontra-se disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf>.

¹⁰ Conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de diversas instituições financeiras sediadas nos Estados Unidos, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, e que visava o desenvolvimento e a ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina.

QUADRO 2 - Indicadores econômicos dos países do Mercosul - 1989

Indicador	Unidade	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
PIB	Milhões USD	77.759	286.525	5.087	6.850	376.221
Exportação	Milhões USD	8.972	32.874	1.098	1.404	44.348
Importação	Milhões USD	4.906	14.688	1.029	1.112	27.735
Reservas Internacionais	Milhões USD	5.155	9.140	336	1.603	16.234
PNB per capita	Milhões USD	2.390	2.020	990	2.190	ND
Cresc. Populacional	% 1986-1990	1,2	1,8	2,9	0,6	ND
Dívida Externa	Milhões USD	59.000	113.300	2.002	6.330	180.632

Fonte: BASTOS, 2011, p. 52. (Adaptado pela autora)

É possível observar por meio dos dados do quadro III as diferenças socioeconômicas entre os países-membros do Mercosul antes de sua formação, em 1989. O Brasil destacou-se como o país com maior PIB, maior exportador e importador, além de ser o maior detentor de reservas internacionais. Em relação ao PNB per capita, a Argentina foi o país que mais se destacou (BASTOS, 2011).

Na década de 1980, o que guiou o desempenho econômico dos países da Argentina e do Brasil foi a escassez de capital, que dificultou a obtenção de novos empréstimos e a rolagem da dívida externa. Além disso, o poder aquisitivo diminuiu, afetando as condições de vida das populações, enfraquecendo, assim, o mercado interno dos países. Essa crise nos demonstrou forte dependência em relação ao exterior, fazendo com que os organismos internacionais passassem a criar planos para a estabilização dos países (BASTOS, 2011).

Observa-se, desse modo, que o Mercosul surge num momento de profunda modificação do sistema internacional, com o final da Guerra Fria, o crescimento do comércio mundial e o desenvolvimento do processo de globalização.

Mesmo seguindo com as políticas integracionistas, os governos de Carlos Menem na Argentina e Fernando Collor de Mello no Brasil, também seguiam nessa busca de maior alinhamento com os Estados Unidos para elevar a economia de seus países e uma maior projeção internacional.

(...) a ideia da criação do Mercosul se dava para orientar seus países-membros a ajustar-se a uma economia internacional mais competitiva e integrada e para promover, internamente o acirramento da concorrência, estimulando a competição interna no bloco mediante reduções de barreiras tarifárias. As reduções tarifárias proporcionaram conseqüentemente o aumento da produção e das exportações do bloco fazendo com que seus membros conquistassem vulto no cenário internacional (BASTOS, 2011, p. 48).

“(...) Collor buscou maior aproximação com os Estados Unidos. Como os benefícios dessa estratégica não ficaram claros, a política externa voltou a apresentar pontos de discordância com aquele país” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011, p. 89). Essas “discordâncias” fizeram com que seu sucessor (após o Impeachment) Itamar Franco voltasse novamente os olhos para a América do Sul, não abandonando as relações com os Estados Unidos, mas, não tendo a potência hegemônica como seu principal foco na política externa.

No ano de 1995, a entrada em vigor de uma Tarifa Externa Comum – TEC entre os membros do Mercosul, marcou o início efetivo da União Aduaneira do bloco, embora nem todos os produtos fabricados pelos diferentes países-membros estejam enquadrados nessa TEC, sobretudo devido às dificuldades de se estabelecer uma tarifa que agradasse a todos os membros (BASTOS, 2011).

Na Argentina, Carlos Menem em seu governo (1989 a 1999), “(...) optou por adotar as recomendações do Consenso de Washington e alinhar-se a potência vencedora da Guerra Fria para colocar a Argentina no primeiro mundo” (CANDEAS, 2005, p. 201). Dotadas suas políticas do liberalismo americano, em seu mandato foi criado o plano de *Convertibilidade* que colocava o peso argentino em paridade com dólar, o que no começo gerou estabilidade no país, porém ao final, devido também às privatizações, houve um grande déficit comercial da economia Argentina (ROMERO, 2006, p. 128).

Nesses governos houve aproximações com o Tratado de Assunção, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto em 1994, para institucionalização do MERCOSUL, mas nas relações bilaterais não houve tanta cooperação. Foi um período de baixa interdependência, com os olhos voltados a melhorar suas economias com os parâmetros dos Estados Unidos, ou seja, a relação bilateral nesse período não foi prioritária.

Iniciado em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) mostrou maior interesse na busca pela integração e projeção internacional do Brasil conjuntamente com a região, através do MERCOSUL, e também mantendo relações cordiais com os Estados

Unidos, como os autores Vigevani e Cepaluni (2011) denominam de Autonomia pela Participação. Porém,

Diferentemente de Fernando Collor de Melo que, de forma explícita, aderiu à agenda estabelecida pelo Consenso de Washington sem exigir compensações, Fernando Henrique Cardoso foi habilidoso e discreto em comungar com a nova agenda mundial. (SIMÃO, 2011, p.9).

Cardoso, no âmbito interno, foi o responsável pela criação do Plano Real. “[...] As transformações encaminhadas no processo do Plano Real refundam o poder político, um novo Estado brasileiro pós-nacional-desenvolvimentista” (IANONI, 2009, p.147).

Na política externa, um destaque de FHC, foi a diplomacia presidencial, que, posteriormente, seria dada continuidade com maior notoriedade pelo presidente Lula. “A condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex-officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 1999, p. 51).

Em 1997, os presidentes Menem e Cardoso, dentro do processo de consolidação e aprofundamento da integração regional, emitiram uma Declaração conjunta sobre seu compromisso firme com o futuro do MERCOSUL¹¹.

Mesmo com essa intenção de aprofundamento do MERCOSUL, Menem buscava maior relação com os Estados Unidos, e Cardoso uma política de regionalismo aberto, sem exclusão de outros parceiros buscando maior projeção global do Brasil (com múltiplos parceiros) (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011, p 92), os quais eram alguns dos impasses para a real integração sul-americana.

2.2 O período turbulento do final dos anos 90 e a nova oportunidade no início do novo milênio

A década de 90 foi um período de grande crise na América Latina. Desencadeada pela “*Crisis del Tequila*” em 1994 (México), sentido pelos países latino-americanos, e acentuada pela desvalorização do Real em 1999, que estremeceu as relações Argentino-brasileiras, pelo que afetava a economia Argentina por ser o segundo parceiro comercial do Brasil na época.

¹¹ Comunicado Conjunto para melhor entendimento, encontra-se disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_103_2011-09-01-14-10-24/>.

O fim da gestão de Menem (1999) na Argentina também foi um período conturbado, o país se viu imerso em uma grande dívida externa. Várias empresas nacionais privatizadas, como exemplos, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), as Aerolíneas Argentinas, também gerando grande crise nas relações no âmbito do MERCOSUL, que foram paralisadas por um tempo.

Fernando de La Rúa, sucessor de Menem, encontrou o país nesse grande desgaste, tanto nacional, quanto internacionalmente. De la Rúa não contava com o apoio nem de seu próprio partido, e ao longo dos dois anos de sua administração a crise foi se acentuando.

O plano de convertibilidade (implementado no governo Menem), era insustentável, mas mesmo assim De la Rúa seguia com ele. Para agravar ainda mais a situação, implementou novas medidas econômicas com o Ministro da Economia Cavallo. *El Corralito*¹² foi uma delas, e resultou num maior aprofundamento da crise.

Em 2001, a Argentina se encontrava debilitada, diante da dificuldade de manter as relações no âmbito do MERCOSUL e com o restante do mundo. O ataque de 11 de setembro nos Estados Unidos gerou nova atenção e focos políticos no cenário internacional, debilitando ainda mais a importância da crise do país sul-americano. De la Rúa renunciou em 21 de dezembro de 2001, deixando o país no maior desastre presidencial, econômico e social conhecido pelos Argentinos. Após dez dias, com três presidentes assumindo a Casa Rosada, é eleito por maioria dos votos do Congresso Eduardo Duhalde.

A primeira medida de Duhalde, junto com o novo Ministro da Economia Roberto Lavagna, foi abolir o plano de *Convertibilidade*, era impossível manter a paridade com o dólar nesse momento de crise. No seu mandato foi criado *El Nuevo Modelo Productivo*, que buscava colocar a Argentina novamente no cenário internacional e levá-la da crise. Não atingiu 100% de êxito, porém, foi um pontapé inicial para tentativas de fortalecimento nacional e internacional.

Não estando alinhado aos Estados Unidos, Duhalde argumentou que o novo governo privilegiaria o MERCOSUL e, sobretudo, privilegiaria as relações com o Brasil (GODIO, 2003, p. 69). O que foi um antecedente do governo de Néstor Kirchner.

Uma grande aproximação nesse período entre Argentina e Brasil, como aponta Godio (2003, p. 72), ocorreu em outubro de 2002, com a vitória do presidente Lula no Brasil, que foi

¹² Foi uma medida econômica que consistia em que cada cidadão argentino poderia retirar do banco somente 250 pesos por semana.

vista por Duhalde como uma possibilidade de grande apoio para a Argentina negociar sua dívida com o FMI.

Até o momento observa-se que são várias as tentativas de cooperar bilateralmente, e certa aproximação da região do Cone-Sul, porém um maior aprofundamento das relações ocorre com as mudanças ocorridas durante os governos de Luiz Inácio Lula Da Silva e Néstor Carlos Kirchner no início do século XXI, com a chamada Onda Rosa na região.

“Onda Rosa”, “Maré Rosa”, “Guinada à esquerda”, são alguns dos termos utilizados por diversos cientistas políticos, para denominar essa chegada dos governos de esquerda na América do Sul, progressistas e descontentes com as políticas neoliberais aplicadas na década de 90 na região e que resultaram em diversas crises (PANIZZA, 2006).

De acordo com Castro (2015) o termo “Onda Rosa” refere-se à transformação do cenário político sul-americano tendo em vista uma característica comum que foi a vitória dos Partidos de centro-esquerda. “É “rosa” porque estes governos não representam a continuidade da esquerda marxista do século XX ou de regimes totalitários. Elas possuem uma recusa ao caráter neoliberal, porém não buscam combater o sistema capitalista em sua totalidade”, explica Castro (2015, p. 4).

Em relação a esse fenômeno da “Onda Rosa” na América do Sul, Silva (2010) explica que:

A “onda rosa” se iniciou ainda na década de 1990, com a eleição de Hugo Chávez em 1998. Chávez, fundador do personalista Movimento V República (MVR), chegou ao poder em meio ao colapso das instituições e partidos “tradicionais”. Na sequência, Ricardo Lagos, oriundo do Partido Socialista do Chile (PSCh), foi eleito em 2000, representando uma inflexão à esquerda na Concertação, aliança que governava o país desde o retorno à democracia em 1990. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito no Brasil. Na Argentina, Néstor Kirchner foi eleito presidente em 2003, e procurou governar como parte integrante desse giro à esquerda – apesar das evidentes dificuldades em se considerar de esquerda um governante oriundo do peronismo. Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), venceu as eleições uruguaias em 2004. Em 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS) da Bolívia, venceu as segundas eleições que disputou, como culminância da crise político-social vivenciada pelo país nos anos anteriores. No ano seguinte, Rafael Correa chegou ao poder no Equador, após fundar um movimento com o intuito de concorrer às eleições presidenciais, o Pátria Activa e Soberana (PAÍS na sigla em espanhol), também em meio a um colapso de instituições e partidos “tradicionais”. No mesmo ano, Daniel Ortega e sua Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) regressaram ao poder na Nicarágua, dessa vez por meios eleitorais. O ativista social Fernando Lugo chegou ao poder no Paraguai em 2008 encabeçando uma frente de movimentos sociais, sindicatos e partidos de oposição, encerrando uma hegemonia de seis décadas dos colorados. Por fim, no ano seguinte Mauricio Funes, da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), chegou ao poder em El Salvador (SILVA, 2010, p. 03).

Para Silva, a “Onda Rosa” foi ocasionada por dois fatores: o final da Guerra Fria e a redemocratização. O período pós-1989 demonstrou um modelo de esquerda universal baseada na URSS. A redemocratização na América Latina nessa época possibilitou que a esquerda se organizasse em partidos que pudessem entrar nesse ambiente democrático. Esses novos governos valorizaram a integração regional, sendo considerada como um instrumento do Estado para alcançar o desenvolvimento (FERREIRA, 2015).

Impulsionados pelo governo de Hugo Chávez na Venezuela, que foi o primeiro da região em ser eleito, ainda nos anos 90, contestando esse paradigma liberal, emergiram na América do Sul, esses governos de centro-esquerda e esquerda. Cada um com sua característica e particularidade, mas com o centro das propostas no âmbito social.

FIGURA 1 - Esquerdas no poder na América do Sul - século XXI

País	Presidente	Partido do Presidente	Período
Brasil ⁶	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	(2003-2010)
	Dilma Rousseff	PT	(2011-atual)
Uruguai ⁷	Tabaré Vasquez	Frente Amplio	(2005-2010)
	José Mujica	Frente Amplio	(2010-2015)
Chile	Ricardo Lagos	PSCH (Concertación)	(2000-2006)
	Michelle Bachelet	PSCH (Concertación)	(2006-2010)
Bolívia	Evo Morales	MAS-IPSP	(2006-atual)
Venezuela	Hugo Chávez	PSUV	(1999-2013)
Equador	Rafael Corrêa	Alianza PAIS	(2006-atual)
Argentina	Nestor Kirchner	PJ	(2003-2007)
	Cristina Kirchner	PJ	(2007-atual)
Paraguai	Fernando Lugo	Frente Guasú	(2008-2012)

Fonte: CUNHA, Lucas; ARAUJO, Victor, 2014, p. 63.

Com esses novos governos, a agenda dos países sul-americanos se concentrou nos novos temas de esquerda, numa nova perspectiva, na “contrucción de un estado con capacidad de gestión, la necesidad de intervenciones estatales para corregir las inficiencias y las injusticias del mercado, la necesidad de integrar políticas económicas y sociales” (PANIZZA, 2006, p. 10). Assim, o mercado já não seria mais o comandante das ações e sim o Estado como responsável, tanto da economia quanto dos paradigmas sociais, “Estado de Bem- Estar Social, Keynes”.

3 - AS RELAÇÕES COMERCIAIS DE KIRCHNER E LULA E A REVITALIZAÇÃO DA REGIÃO SUL-AMERICANA: VETORES INTERNOS E EXTERNOS

O Brasil e a Argentina, no decorrer da história, oscilaram entre os momentos de maior cooperação e de conflito. Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas mudanças ocasionadas no governo Kirchner e Lula.

3.1 Os governos de Lula da Silva e Néstor Kischner

No maior país da América Latina (Brasil), assume a presidência, em primeiro de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, eleito por primeira vez depois de vários anos de candidaturas, pelo Partido dos Trabalhadores, sendo um dos principais fundadores, de frente centro-esquerda, propondo mudanças em seu discurso de posse:

(...) “Mudança”: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos” (LULA, 2003, s/p).

Os novos horizontes da política externa brasileira foram graças à estratégia política de Lula em aproveitar as mudanças ocorridas no cenário internacional nos anos de seu governo, “[...] O Brasil se beneficiou das transformações na economia política global e da difusão de poder na direção dos países emergentes” (HIRST; PINHEIRO; SOARES, 2010, s/p).

Vigevani e Cepaluni (2011) apontam que, com o início do governo Lula, houve expectativas com relação ao direcionamento da política externa. O Presidente buscou afirmar autonomia em relação às grandes potências e ampliar laços com os países do Sul, tanto bilateralmente como multilateralmente. O que os autores classificam como “autonomia pela diversificação”.

A autonomia pela diversificação tem como característica a capacidade de buscar parceiros internacionais distintos, sem romper ou provocar rupturas com os países centrais, e tem como objetivo o fortalecimento do país em um mundo multipolar e o maior equilíbrio entre os Estados. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011, p. 30)

Essa diversificação não excluiu os Estados Unidos das relações brasileiras, porém não o viu como prioridade, por uma conjunção de fatores, tai como, o interesse de Lula em projetar o Brasil através de alianças regionais e inter-regionais e também pela política de Guerra ao Terrorismo que os Estados Unidos desenvolviam (LULA, 2003).

Na Argentina, Néstor Carlos Kirchner, de cunho mais nacionalista, do Partido Justicialista (PJ), tomou posse da presidência em maio de 2003, encontrando um país arrasado pelo governo de Meném e de De La Rúa, (Duhalde), governo esse marcado por denúncias de corrupção e deterioração do quadro econômico. Kirchner (2003, s/p) assumiu com um discurso de mudança, similar ao de Lula, “[...] Por mandato popular, por comprensión histórica y por decisión política, ésta es la oportunidad de la transformación, del cambio cultural y moral que demanda la hora. Cambio es el nombre del futuro”.

O novo presidente reiterou seu desejo de reforçar os laços entre os países do MERCOSUL, antecipou que teria um relacionamento sério com os EUA e assegurou que o principal objetivo de seu governo seria “reconstruir a Argentina para todos os argentinos” (FIGUEIREDO, 2005).

Kirchner buscou concentrar-se na política interna primeiramente para reerguer a Argentina da crise. No âmbito externo, se empenhou em revitalizar junto com o presidente Lula o MERCOSUL.

Como aponta Vadell, com Kirchner a Argentina volta a ganhar credibilidade nacional e internacional. “A reestruturação da dívida externa com os credores privados, em 2005, e a saída da situação de moratória (default) foram percebidas como um sucesso por grande parte da população” (VADELL, 2006, p. 203).

A relação dos dois presidentes eleitos na primeira década do século XXI foi uma relação tanto de entendimentos, quanto de contrariedades. Um dos empecilhos foi a falta por parte da Argentina de apoio para a vontade brasileira de reforma do Conselho de Segurança da ONU de possuir o assento permanente. A Argentina, independente do governo vigente, nunca apoiou essa aspiração brasileira.

Outro exemplo de mal-estar entre ambos foi gerado quando Kirchner atravessava grande crise (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2005, s/p) nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2003, e Lula demonstrou pouco apoio ao vizinho sul-americano. Essa situação estremeceu muito as relações entre Argentina e Brasil nesse primeiro ano do governo de Kirchner, pois desde o governo de Duhalde era esperado um maior apoio brasileiro. O que depois foi amenizado por outras ações de companheirismo e maior harmonia de ambos os presidentes.

3.2 Desenvolvimento social como agenda das relações entre os dois países

Apesar de alguns momentos desarmônicos entre o Brasil e a Argentina, houve várias ações conjuntas para o desenvolvimento da região, principalmente no âmbito político. Os governos de Lula e Kirchner foram responsáveis pela revitalização do MERCOSUL depois da grave crise no final dos anos 90 e início do século XXI, “[...] firmaram em Outubro de 2003 o “Consenso de Buenos Aires”, marco do relançamento do MERCOSUL” (SOARES DE LIMA; COUTINHO, 2007, p.56).

Essa revitalização foi devido às mudanças de seus governos que buscaram uma maior integração sul-americana, e que deram uma renovada visão ao bloco, que já não está voltado meramente para os assuntos econômicos.

Ratificamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é somente um bloco comercial, mas, ao contrário, constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. Dessa forma, nossos governos estão trabalhando para fortalecê-lo através do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países. (15º Artigo do Consenso de Buenos Aires, 2004).

Dois exemplos dentro do bloco voltados mais ao âmbito social foram as criações do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL) e do PARLASUL (Parlamento do MERCOSUL).

O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) destina-se a “financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração”.¹³

Já o Parlamento do Mercosul significa um aporte a qualidade e equilíbrio institucional do MERCOSUL, criando um espaço comum em que se reflita o pluralismo e as diversidades da região, e que contribua para a democracia, a participação, a representatividade, a transparência e a legitimidade social no desenvolvimento do processo de integração e de suas normas¹⁴.

Esses dois órgãos são de grande importância para uma maior institucionalização do bloco, pois mostram certa maturidade do mesmo, não se dedicando apenas ao âmbito

¹³ <http://www.mercosul.gov.br/fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-mercopol-focem> Acesso em: 13/08/2017.

¹⁴ <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/8029/2/parlasur/sobre-o-parlamento.html>. Acesso em: 13/08/17.

econômico, mas também, a temas de grande relevância no cenário internacional, como a fome, pobreza, educação, narcotráfico, e Direitos Humanos. Ainda que, a questão da institucionalização do bloco é muito discutida e criticada por vários autores. (CAETANO, 2009, p. 67)

Nas palavras de Ayerbe (2008, p. 106), no MERCOSUL, com Lula e Kirchner, houve a revitalização e alguns passos, porém, “não houve esforços mais amplos de coordenação e convergência. As negociações são constantes e assinalam-se alguns avanços, mas não chegam ao salto necessário a um mercado comum”.

Mesmo com alguns avanços, a região carece de mais empenho e interesse de seus governantes. O que não deixa de ser importante destacar as afinidades e os avanços no setor educacional e social. Assim, a parte econômica, social e institucional necessita avançar e se estabilizar dentro do Mercosul.

No Consenso de Buenos Aires foi destacado esse empenho em buscar fortalecer o Âmbito Educacional, para o desenvolvimento social:

Reconhecemos que a nossa aspiração comum de desenvolvimento implica dar absoluta prioridade à educação como ferramenta de inclusão social, sendo que a sua capacidade integradora e equalizadora não tem sido superada por nenhuma outra política social. Nesse sentido, através da política educativa, nossos Governos buscarão garantir a todos os cidadãos a aquisição de capacidades de aprendizado que lhes permitam desenvolver-se ao longo de suas vidas, em uma sociedade em permanente transformação que requer atualização constante de habilidades e capacitação. (Artigo 8º).

Outro exemplo de convergência entre ambos para o aprofundamento das relações no MERCOSUL, foi na Cúpula de Mar del Plata em 2005, quando Kirchner e Lula recusaram (com o apoio de Hugo Chávez¹⁵) o andamento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta por parte dos Estados Unidos (Bill Clinton) para América Latina.

Con Kirchner la Argentina se acercó más al Brasil en la visión sobre el regionalismo al cual se aspiraba: entre la propuesta norteamericana de ALCA y la integración plena diseñada con el MERCOSUR, ambos países optaron decididamente por la opción sudamericana. (MEZA, 2008, p. 164)

Outra atividade conjunta muito importante durante o período de Lula e Kirchner foi o consenso entre ambos e Hugo Chávez para a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A Unasul é uma grande iniciativa para a América do Sul para construir um espaço de integração cultural, econômica, social e política, que representa nas palavras do então embaixador do Brasil em Caracas “[...] uma mudança de paradigma no relacionamento

¹⁵ O então presidente da Venezuela e líder da Revolução Bolivariana.

sul-americano, oportunidade de aceleração do desenvolvimento econômico e social dos países membros e a projeção internacional da região num mundo multipolar” (SIMÕES, 2008, p. 261).

Diferentemente do MERCOSUL, a UNASUL não teve sua criação pautada somente pelos parâmetros econômicos, mas sim, voltada mais para o âmbito político e social, “[...] En parte el surgimiento de la UNASUR, responde a la necesidad de incentivar y profundizar los procesos de integración desde una óptica diferente a la comercial” (BONO & BORDAZAR, 2014, p. 2).

Grande atuação de Lula na UNASUL foi a proposta da criação do Conselho de Segurança (CDS), que tem como objetivo implementar políticas de defesa em matéria de cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz, indústria e tecnologia da defesa, formação e capacitação.

Através do quadro abaixo pode-se verificar os vários acordos bilaterais firmados entre Brasil e Argentina no período de 2002 a 2010:

QUADRO 3 - Acordos bilaterais entre Argentina e Brasil - 2002 a 2010.

2002
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética. Entendimentos Bilaterais sobre Temas Econômico Comerciais. Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas. Acordo de Cooperação para Combate ao Tráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais.
2003

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Criação do Instituto Social Brasileiro-Argentina.

Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementar na Província de Buenos Aires o Sistema de Voto Eletrônico
Memorando de Entendimento

Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina

Declaração sobre Água e Pobreza

Acordo de Cooperação Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos.

Memorando para a Criação da Comissão de Monitoramento do Comércio entre Brasil e Argentina.

Acordo, p.t.n., relativo ao Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais, de 15/02/1996 (modifica Anexo I)

Acordo, p.t.n., sobre Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos

Consenso de Buenos Aires

2004

Ajuste Complementar, por troca de Notas de Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.

2005

Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, para Implementação do Sistema de Voto Eletrônico na Província de Buenos Aires

Protocolo de Intenções entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde e Ambiente da República Argentina sobre Cooperação da Área da Saúde sobre Medicamentos.

Compromisso de Puerto Iguazú - Desenvolvimento, Justiça e Integração

Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos em Matéria de Reatores, Combustíveis Nucleares, Abastecimento de Radioisótopos e Radiofármacos, e de Gestão de Resíduos Radiotivos

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos nas Áreas Normativa e de Regulação Nuclear

Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente

Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial

Acordo, por troca de notas, entre o Brasil e a Argentina para bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul e o seu Anexo (Não vigente).

Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas

Protocolo para o Estabelecimento de um Grupo de Alto Nível para a Implementação da Livre Circulação de Pessoas entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas (Em tramitação)

Declaração sobre Subtração e Restituição de Menores

Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar

Protocolo de Estabelecimento do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN) entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Insumos, de Medicamentos e de Recursos para Diagnóstico.

Declaração dos Ministros da Área Energética por Ocasão da Celebração em 30 de novembro de 2005 do Vigésimo Aniversário da Assinatura dos 'Acordos de Iguaçu'.

Acordo de Cooperação Entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério do Planejamento Federal, Investimentos Públicos e Serviços da República Argentina na Área de Televisão Terrestre Digital.

Programa de Cooperação Entre a Agência Espacial Brasileira e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais da República Argentina Referente ao Projeto SAC-D/AQUARIUS

Protocolo entre o Ministério da Educação, da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina para a Promoção do Ensino do Português e Espanhol como Segundas Línguas.

Acordo de Cooperação Cultural Entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Cultura da Presidência da Nação Argentina. (Programa de Trabalho Amazônia-Patagônia (PATAGÔNIA))

Protocolo de Intenções entre o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego e Seguridade Social da Argentina sobre Cooperação em Matéria Trabalhista

2006

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Argentina para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em prol do Haiti

Protocolo entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina para a Criação do Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto ``Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti ``

2007

Memorando de Entendimento em Matéria de Isenção Recíproca do Pagamento de certas Contribuições Sociais para Empresas de Transporte

Protocolo Adicional ao Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos compartilhados dos trechos limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu para a Constituição de uma Comissão Técnica Mista.

2008

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Fortalecimento a Inspeção do Trabalho Portuário e em Vias Aquáticas.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Educação a Distância – Programa Livre

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Negociação Coletiva: Gestão e Sistematização de Informações

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Interoperabilidade do Governo Eletrônico

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Transferência de Cultivos e Técnicas para o Melhoramento de Batatas

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Apoio Técnico à Implementação de um Banco de Leite Humano na Argentina

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Intercâmbio de Metodologias para Sistemas de Informação de Água Subterrânea

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades na Área de Gestão de Recursos Hídricos

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais em Áreas de Fronteira

Declaração Conjunta

Convênio do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre o Brasil e a Argentina (Não vigente)

Declaração do Ministro de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e do Ministro de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina.

Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Empreendimentos Energéticos S.A (EBISA)

2009

Declaração Conjunta - Visita de Trabalho à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva

Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Empreendimentos

Carta de Intenções sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica da República Argentina (CNEA)

Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT)

Acordo de Facilitação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Programa de Controle da Dengue”

Declaração Conjunta – Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da república Argentina, Cristina Fernández de Kirchner

2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina Democrática e Popular para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Pecuária Leiteira Na Argélia”

Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação Nuclear

Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Malvinas

Declaração de San Juan. Reunião de Trabalho entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner

Fonte: SISTEMA CONSULAR INTEGRADO, 2017, s.p.

É possível observar que a partir de 2002, ano anterior à vitória de Kirchner à presidência da Argentina, até o ano de 2010, diversos acordos, sobre os mais variados assuntos foram estabelecidos entre Brasil e Argentina. No ano de 2003, em Visita de Estado ao país vizinho, Lula assina com o presidente argentino o Consenso de Buenos Aires. Em 2004 voltam a se encontrar no Rio de Janeiro, para a assinatura da Ata de Copacabana. Tais documentos demonstram a necessidade de fomentar um desenvolvimento econômico equilibrado e reiteram a aliança estratégica (CANDEAS, 2005).

Em 2004, os problemas comerciais juntamente com as medidas protecionistas anunciadas por Kirchner afetam o relacionamento bilateral, sendo realizado somente um acordo. O ano de 2005, por sua vez, foi o período em que mais os países celebraram acordos bilaterais, mantendo assim um nível de entendimento e coordenação nas negociações (CANDEAS, 2005).

No ano de 2007, Cristina Elisabet Fernández de Kirchner (esposa de Néstor Kirchner), foi eleita na Argentina como sucessora de Kirchner e seguiu com o intuito de aprofundar o modelo econômico realizado pelo marido. A nova presidente no início de seu mandato buscou manter as políticas adotadas no governo anterior. No entanto, uma das primeiras medidas comprovou que não existe na Argentina um consenso sobre as estratégias adotadas pelo país para alcançar o sucesso no mercado. A crise com os produtores agropecuários em 2008 evidenciou os problemas do recente governo, em decorrência dos altos preços das commodities no mercado internacional (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

O conflito desencadeado entre o governo Cristina Kirchner e as principais entidades representativas dos produtores rurais pôs em relevo uma fratura histórica entre as perspectivas sobre desenvolvimento existente no país. Expôs também tensões no nível federativo, não obstante a ampla presença do peronismo nos governos provinciais (SILVA, 2013, p. 3).

No momento em que Cristina ocupou o governo na Argentina o cenário internacional era favorável, com o preço das commodities no mercado internacional em alta, favorecendo o superávit comercial. Pouco tempo após sua posse ocorreu essa crise com os produtos rurais. Além disso, em 2008, a crise financeira internacional freou a expansão da economia e a Argentina encontrava-se isolada. Por alguns meses a Argentina esteve em recessão, mas logo o crescimento foi retomado em decorrência da demanda por commodities agrícolas por países emergentes, recuperando assim o consumo doméstico (SILVA, 2013).

No mesmo ano, em 2008, Cristina Kirchner assinou com o Brasil o Convênio do Sistema de Pagamentos em Moeda Local, que permitia que as transações comerciais entre os dois países não necessitassem mais da intermediação do dólar. Também Lula e Cristina firmaram um convênio com o BNDES e o BICE, objetivando um financiamento conjunto de empreendimentos produtivos (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

É possível observar assim que a integração regional entre os dois países, tanto no governo de Néstor quanto de Cristina Kirchner, foi considerada necessária para a expansão dos setores econômicos brasileiro e argentino. Percebeu-se um esforço dos dois governos em dar continuidade aos acordos bilaterais com o objetivo de proporcionar maior desenvolvimento regional.

3.3 Evolução comercial Brasil-Argentina no Âmbito do MERCOSUL

No âmbito econômico nota-se maior relação comercial do Brasil com os demais países sul-americanos, o que demonstra aprofundamento das relações com os vizinhos regionais. O Mercosul é o principal projeto da integração regional do Brasil com outros Estados, considerado ainda, como o catalisador de diversos investimentos no Brasil e na Argentina (SANTOS, 2013).

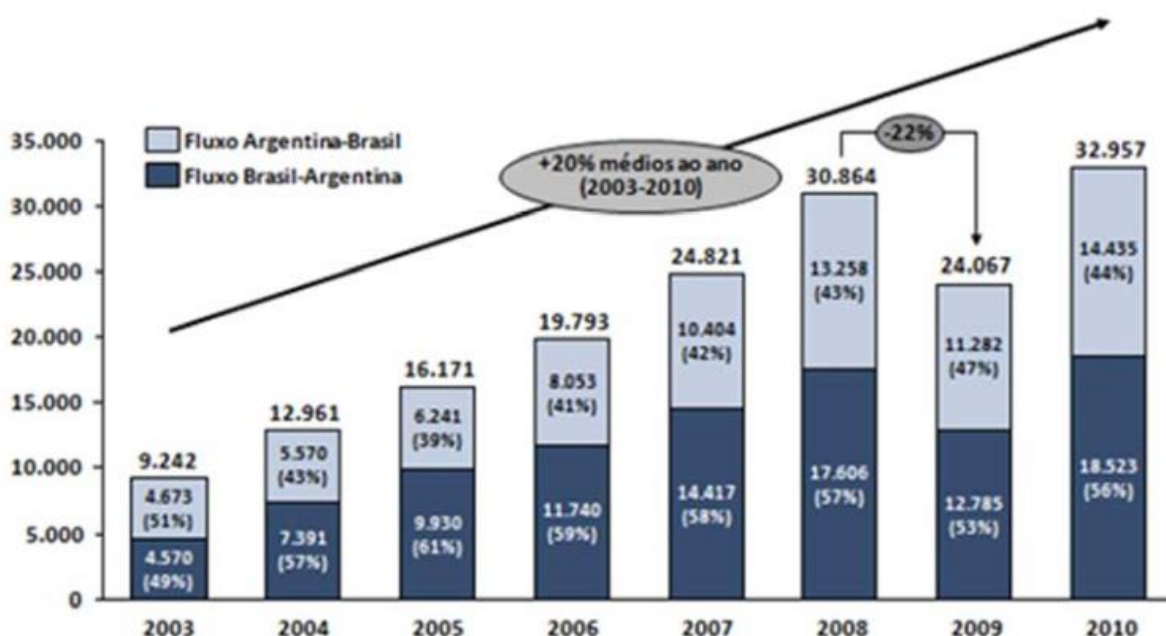
Na primeira década em que foi criado o Mercosul (1990-1998) o clima foi de esperança e otimismo entre os países componentes do bloco. No final de 1994 grande parte do comércio intra-regional já era submetida à tarifa zero. Na segunda década de existência do Mercosul (1999 a 2002) houve um retrocesso comercial em decorrência da paralisia

institucional do bloco, como resultado da crise internacional que afetou os países (SANTOS, 2013).

Com o final da crise, a partir do ano de 2002 os países do bloco voltar a observar um crescimento econômico e, conseqüentemente, um aumento dos fluxos de comércio. Esta etapa foi caracterizada pela “multilateralização do regionalismo”, por meio do qual o Brasil e a Argentina passaram a defender ainda mais os interesses nacionais no âmbito comercial, abrindo novos meios de exportação (SANTOS, 2013).

O gráfico abaixo representa o fluxo comercial Brasil-Argentina de 2003 a 2010:

FIGURA 2 - Fluxo comercial Brasil-Argentina entre 2003-2010.



Fonte: SANTOS, 2013, p. 40.

Observa-se, dessa maneira, um expressivo crescimento entre Brasil e Argentina nos anos de 2003 a 2010. No ano de 2003, Kirchner foi eleito como presidente da Argentina, enquanto que no Brasil foi a posse de Lula, eleito em 2002. Nesse período de mudança política e crescimento econômico a relação comercial entre Brasil-Argentina aumentou em torno de 20% ao ano, entre 2003 a 2010 (SANTOS, 2013).

O Brasil e a Argentina realizaram importantes projetos de cooperação, como na área nuclear, espacial, biotecnologia, infraestrutura, integração energética e financeira, integração cidadão, livre circulação, dentre outros. No ano de 2010 os investimentos de empresas

brasileiras na Argentina totalizaram um valor de mais de US\$ 9,5 bilhões em diversos setores. Os investimentos de empresas argentinas na economia brasileira alcançaram um total de US\$ 3,5 bilhões em setores como a siderurgia, indústria de alimentos, agronegócio, energia e construção (FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA, 2017).

Outro âmbito dessas relações comerciais entre o Brasil e a Argentina destacam-se a evolução das empresas multinacionais. Tratam-se de empresas que atuam em vários países e expandem suas atividades para um território além de suas fronteiras nacionais. São também chamadas de empresas transacionais ou globais que cresceram em todo o mundo em decorrência do processo de globalização (PENA, 2017).

Com a criação do Mercosul estimularam-se as atividades e os investimentos das empresas multinacionais entre os países. De acordo com a Associação de Empresas Brasileiras para a Integração do Mercosul – ADEBIM, entre 1991 a 1997 359 empresas brasileiras estabeleceram negócios na Argentina, enquanto que 283 empresas argentinas organizaram seus negócios no Brasil (PINTO, 1998).

O quadro seguinte apresenta esse crescimento entre Brasil e Argentina no período de 1991 a 1997:

QUADRO 4 - Empresas brasileiras e argentinas no período de 1991 a 1997

Setor	Empresas brasileiras na Argentina	Empresas argentinas no Brasil
Alimentos e bebidas	36	24
Automóveis	12	5
Autopeças	43	8
Bancos e instituições financeiras	23	18
Calçados	2	2
Comércio varejista	1	1
Construção civil	13	8
Consultoria	10	5
Courier	-	1
Diversões	1	-
Eletrodomésticos	4	2
Eletrônicos	5	-
Energia e combustíveis	7	6
Fertilizantes	1	-
Franchising	77	123
Imprensa e telecomunicações	14	13
Informática	14	8
Máquinas agrícolas	6	4
Máquinas e equipamentos	10	7

Material de construção	5	2
Material elétrico	5	-
Metalurgia	3	4
Móveis	2	1
Papel/embalagens	2	-
Petroquímica	8	4
Plásticos	5	2
Publicidade	11	1
Química	14	6
Seguros	7	2
Têxtil	11	3
Transportes	5	-
Vidros	1	-
Outros	1	23
Total	359	283

Fonte: PINTO, 1998, p. 19.

Observa-se que por meio da criação do Mercosul o comércio entre Brasil e Argentina desenvolveu-se, tanto através das exportações e importações, quanto por meio do estabelecimento das empresas multinacionais entre os países. No período de globalização onde os limites entre os mercados são cada vez mais importantes, o Mercosul representou uma oportunidade para o fortalecimento da economia do Brasil e da Argentina (PINTO, 1998).

O quadro abaixo apresenta o intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina nos anos de 2003 a 2010:

QUADRO 5 - Intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina (2003-2010)

Ano	Exportação US\$ (A)	Importação US\$ (B)	Saldo (A-B)	Resultados
2003	4.569.767.654	4.672.610.523	-102.842.869	9.242.378.177
2004	7.390.967.394	5.569.811.952	1.821.155.442	12.960.779.346
2005	9.930.152.936	6.241.110.029	3.689.042.907	16.171.262.965
2006	11.739.591.939	8.053.262.647	3.686.329.292	19.792.854.586
2007	14.416.945.588	10.404.245.932	4.012.699.656	24.821.191.520
2008	17.605.620.920	13.258.441.511	4.347.179.409	30.864.062.431
2009	12.784.966.502	11.281.656.656	1.503.309.846	24.066.623.158
2010	18.522.520.610	14.426.306.175	4.096.214.435	32.948.826.785

Fonte: MDIC, 2017.

É possível observar que em cada ano o intercâmbio comercial entre os dois países aumentou consideravelmente. O bom relacionamento com o país vizinho tem sido fundamental para as exportações do Brasil, pois a Argentina é considerada o terceiro maior

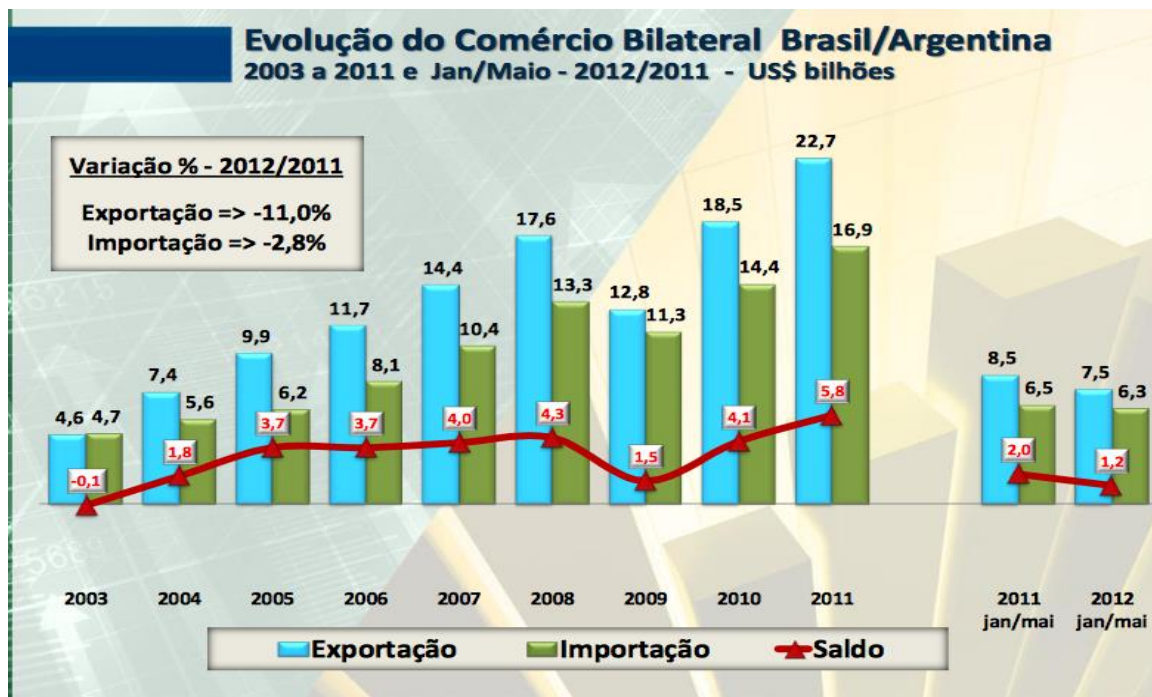
mercado para os produtos brasileiros, superada somente pela China e pelos Estados Unidos (MIDIC, 2017).

O Brasil é um país caracterizado por um setor agrícola desenvolvido, além de mineração, manufatura e serviços, é um país que possui economia superior às de outros países da América do Sul, expandindo sua presença nos mercados internacionais. A Argentina também é um país que se destaca por suas riquezas naturais, com uma exportação baseada nos produtos agrícolas e com uma base industrial diversificada. A relação comercial entre os dois países é intensa apesar de algumas dificuldades. A Argentina importa do Brasil um terço de suas importações. No sentido contrário, a Argentina exporta para o Brasil um quinto de todas as suas exportações. Por meio da integração regional os dois países buscam um relacionamento harmônico que possam beneficiar o desenvolvimento econômico e social de ambos (FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA, 2017).

Nota-se que no âmbito comercial, essa relação foi mais benéfica para o Brasil que para a Argentina. A Argentina, no entanto, com o destaque da região, também ganhou visibilidade no cenário internacional, o que também deu impulso a relação comercial que Kirchner estabeleceu com outros países. Kirchner acreditava na importância da relação com o Brasil mesmo com essa “perda” das importações. Sua esposa e sucessora Cristina Kirchner afirmou a opinião de seu marido em uma entrevista. “(...) Ele dizia que o nosso destino está junto com o do Brasil, que está prestes a se transformar em uma das maiores potências econômicas do mundo” (O POPULAR, 2011).

O gráfico seguinte apresenta a evolução do comércio Brasil-Argentina entre os anos de 2003 a 2011:

FIGURA 3 - Evolução do comércio bilateral Brasil-Argentina



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, s.p.

Os quadros abaixo demonstram os principais produtos exportados para a Argentina e importados dela:

FIGURA 4 - Principais produtos exportados para a Argentina

Principais Produtos Exportados para a Argentina Janeiro-Maio / 2012-2011 - US\$ milhões			
	Valor	Δ % 2012/11	Part. %
Automóveis de passageiros	1.380	8,4	18,3
Autopeças	772	-9,0	10,3
Veículos de carga	426	-5,6	5,7
Minério de ferro	360	-32,4	4,8
Energia elétrica	309	89,3	4,1
Tratores	202	32,3	2,7
Motores para veículos	197	-30,2	2,6
Polímeros plásticos	183	-17,3	2,4
Laminados planos	160	-9,9	2,1
Pneumáticos	128	-17,7	1,7
Óleos combustíveis	124	-41,2	1,6
Bombas e compressores	88	4,6	1,2

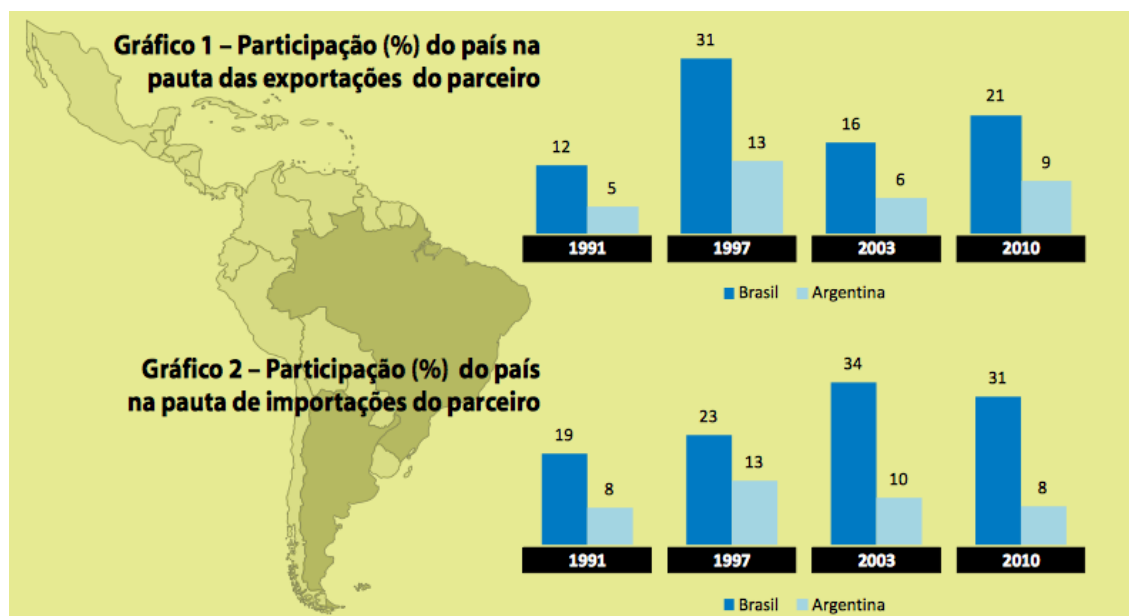
Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, s.p.

FIGURA 5 - Principais produtos importados da Argentina

Principais Produtos Importados da Argentina Janeiro-Maio / 2012-2011 - US\$ milhões			
	Valor	Δ % 2012/11	Part. %
Automóveis de passageiros	1.410	-5,5	22,3
Veículos de carga	611	28,2	9,7
Trigo em grão	576	-8,3	9,1
Naftas	409	-14,3	6,5
Autopeças	296	-8,4	4,7
Petróleo em bruto	145	-	2,3
Polímeros plásticos	137	-7,0	2,2
Produtos de perfumaria	94	8,9	1,5
Farinha de trigo	89	-17,2	1,4
Gás butano	88	-29,4	1,4
Gás propano	82	-26,5	1,3
Malte não torrado	82	5,6	1,3

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017, s.p.

FIGURA 6- Relação comercial Brasil-Argentina



Fonte: PEREIRA, 2011, p. 53.

Por meio dos gráficos e quadros apresentados é possível observar a intensa relação comercial entre o Brasil e a Argentina. O comércio entre os países (exportações mais importações) passou de US\$14,7 bilhões, em 1998, considerado o maior valor da década de

1990, para US\$32,9 bilhões em 2010. Os gráficos acima mostram as participações do Brasil e da Argentina nas pautas de exportações e importações entre eles. Após o aumento ocorrido em 1997, a participação brasileira nas exportações argentinas caiu e não chegou ao valor daquele ano, que era de 13%. Da mesma forma, para a Argentina, o Brasil já participou de 31% das exportações argentinas e no ano de 2010 esse percentual foi de 21% (PEREIRA, 2011).

Os acordos realizados entre os países apresentam para os setores da sociedade formas de expandir os mercados. No decorrer do processo de integração, a participação do comércio intrarregional pode crescer, no entanto, se manterem grandes assimetrias, o acordo começa, então, a ser questionado (PEREIRA, 2011).

Todo esse empenho para essa relação estratégica entre Brasil e Argentina foi outro grande destaque da política externa do presidente Lula, que também demonstrou mais uma vez sua diversificação na busca por novas parcerias, tanto regionais como inter-regionais. Como apontam Alexandre & Leite (2007), também demonstrou sua liderança dentro bloco buscando novos parceiros, diversificando nas relações comerciais:

[...] ao buscar o fortalecimento de laços econômicos e institucionais com países do Sul, o Brasil não atuou de modo unilateral, mas sim como membro do MERCOSUL. Assim, pode-se dizer que o movimento político patrocinado pelo governo Lula assegurou dividendos ao bloco regional como um todo. As marcas mais claras dessa atuação estão nos acordos preferenciais de comércio firmados entre MERCOSUL e Índia, MERCOSUL e União Aduaneira da África Austral (Sacu, na sigla em inglês), além das negociações em andamento com Egito, Marrocos e Conselho de Cooperação do Golfo (CCG, que agrupa Barein, Kuwait, Catar, Omã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos). (ALEXANDRE; LEITE, 2007, p. 23)

Outra questão importante a destacar durante a relação de Kirchner e Lula, é que apesar da importância das relações comerciais com a “grande potência” (EUA), houve a diminuição da porcentagem das mesmas. Outro ponto que mostra que o Brasil e Argentina não necessitam estar automaticamente alinhados a grande potência para terem espaço no Cenário Internacional. E também demonstra o avanço com outros países do Sul, principalmente as relações com a Ásia (China), que aumentaram consideravelmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar neste trabalho de conclusão de curso que a Argentina, apesar de muitas dificuldades e “rivalidades” é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. O pontapé inicial para um processo de maior aproximação entre os países iniciou-se na década de 1980 por meio da redemocratização de ambos, e este baseado num projeto de integração, o que levou à criação do Mercosul em 1991.

As relações bilaterais entre Argentina e Brasil constituem estratégias de inserção dos países nos mercados internacionais. A crescente integração econômica entre o Brasil e a Argentina aumentou a economia e a cooperação entre os dois países. O capital brasileiro está presente em vários setores da economia argentina, assim como a presença de capitais argentinos é destacada no Brasil. No âmbito político a aproximação com a Argentina foi fundamental para um espaço de cooperação e construção de uma maior integração da região Sul-Americana.

O Brasil e a Argentina são os maiores e mais desenvolvidos países que compõem o Mercosul e assim, possuem maiores responsabilidades. A integração econômica entre os países visa a ampliação do comércio e a circulação de riqueza entre os membros do bloco, o que favorece o aumento do índice de desenvolvimento humano, aumentando, assim, a competitividade no mercado internacional.

Observou-se que nos governos Kirchner e Lula buscou-se uma atuação conjunta com o intuito de mobilizar os países no cenário internacional. Cabe destacar que a relação dos dois procurou fortalecer a integração regional no âmbito do MERCOSUL e sua revitalização, e a grande conexão dos países sul-americanos, com a criação da UNASUL, foram grandes ferramentas de desenvolvimento da região e de projeção internacional.

A construção de uma estabilidade como requisito para o relacionamento bilateral entre os países requer a combinação de elementos do Brasil e da Argentina. O aumento dos laços sociais e culturais entre eles permitem o desenvolvimento de uma relação de amizade, com o intuito de se construir uma sociedade estratégica, buscando superar a rivalidade dos poderes, com o objetivo de maiores avanços econômicos e sociais.

Conforme observou-se, a partir da criação do Mercosul em 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, houve uma maior integração regional. O bloco tornou-se um instrumento de fortalecimento e de crescimento do comércio entre os seus membros. Algumas

limitações, dificuldades e falta do estabelecimento de políticas de integração mais específicas e crises ocasionaram a paralisação do bloco.

Apesar dos percalços deve-se enfatizar que o Mercosul não perdeu totalmente a sua importância e confiabilidade. Apesar de não ser uma área de livre comércio, mas ainda uma união aduaneira, proporcionou aos países-membros um grande impulso para um maior desenvolvimento social, comercial e econômico. O bloco representou para a Argentina e para o Brasil, no início dos anos 2000, com a assinatura do Consenso de Buenos Aires, a principal transformação socioeconômica dos países em ação conjunta.

No decorrer da história, constatou-se que os acordos bilaterais firmados entre os países ocorreram conforme as dificuldades de cada um e conforme as orientações políticas e econômicas dos mesmos. Num processo de integração as diferenças entre os membros interessados devem ser diminuídas para que os objetivos sejam viabilizados e concretizados.

Observou-se, ainda, no desenvolvimento desse trabalho, que a integração regional também apresentou objetivos sociais, com a criação do FOCEM e do PARLASUL, onde as demandas da população foram levadas em consideração com vistas à diminuição das desigualdades sociais, favorecendo a expansão econômica, política, cultural e social.

O caminho a ser percorrido para uma integração mais efetiva ainda é extenso. A relação argentino-brasileira e a revitalização do Mercosul foi determinante para o sucesso não só do desenvolvimento comercial, mas também do desenvolvimento político e social dos países-membros. Para que o bloco alcance ainda mais resultados positivos são fundamentais a continuidade da harmonização de políticas socioeconômicas e mecanismos coordenados para instrumentos normativos tarifários.

Ao verificar toda a história do Mercosul é possível reconhecer que os esforços até agora realizados pelos países membros, em especial pelo Brasil e pela Argentina, foram positivos para o crescimento da região. É fundamental, para sua solidez, que o Mercosul supere as dificuldades, funcionando de forma plena, com possibilidades da entrada de novos membros, além da Venezuela e Bolívia. Uma integração bem sucedida, certamente, aumentará o desenvolvimento econômico dos países e facilitará as relações comerciais entre o bloco e os demais mercados internacionais, proporcionando à região sul-americana um maior desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Cristina Vieira. Machado.; LEITE, Iara Costa. **O Primeiro Governo Lula e o Mercosul: iniciativas intra e extra-regionais.** In: Oikos n. 7 Ano VI. Rio de Janeiro, 2007.

ALMEIDA, Paulo R. **O Brasil como Ator Regional e como Emergente Global.** Estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional. In: Rev. Cena Internacional, v. 9, n. 1, p.7-36. Brasília, 2007.

AYERBE, Luis Fernando. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.** São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

BASTOS, Luciana Aparecida. **Avaliação do desempenho comercial do Mercosul 1994-2005.** 1 ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Brasil, Argentina e América do Sul.** Estudos Avançados, vol. 19, n.55, p. 65-74, 2005.

BRASIL, Associação de Comércio Exterior do Brasil- AEB. **Radiografia do Comércio Exterior Brasileiro: Passado, Presente e Futuro.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.aeb.org.br> acesso em 09 ago 2016.

BRASIL. MERCOSUL. **O Mercosul.** Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercopol> acesso em 11 jun 2017.

BRASIL, Ministro das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa: posições do Brasil.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 583p. ISBN 978-85-7631-086-0.

BOGADO BORDAZAR, Laura; BONO, Laura. **Proyecto “Los nuevos ejes de la integración regional”, N°. 11/J138 (2014 -2017) de la Secretaría de Ciencia y Técnica.**

CAETANO, Gerardo. **Reforma institucional del MERCOSUR. Análisis de un reto.** In: “La reforma institucional del Mercosur. Del diagnóstico a las propuestas”, CEFIR, Montevideo, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Balança Comercial Brasileira e Intercâmbio Comercial Brasil/Argentina.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoeseventos/index_old.html/audiencia-publica-relacoes-comerciais-brasil-e-argentina acesso em 24 jul 2017.

CANDEAS, Alessandro Warley. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos.** In: Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 48, n. 1, p. 178-124, 2005.

CARPES, Mariana Montez; FERNANDES, Luis Manuel. **A política nuclear brasileira no contexto das relações internacionais contemporâneas.** Rio de Janeiro, 165p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

CASA ROSA PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. **Galería de Presidentes.** Disponível em: <http://www.casarsada.gob.ar/nuestro-pais/galeria-de-presidentes> acesso em 05 jul 2017.

CASTRO, Gabriel Sandino de. **A construção da hegemonia do Consenso de Brasília nos governos pós-neoliberais na América do Sul: a primeira década do século XXI.** Seminário América Latina: Cultura, História e Política. Uberlândia: 2015. Disponível em: <http://seminarioamericalatina.com.br/wp-content/uploads/2015/07/A-Construção-da-Hegemonia-do-Consenso-de-Bras%C3%ADlia.pdf> acesso em 15 jul 2017.

CAVLAK, Iuri (2008). **A política externa brasileira e a Argentina Peronista (1946-1955).** 1ª Edição, Ed. Annablume, São Paulo.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

CUNHA, Lucas.; ARAÚJO, Victor. **Sistemas políticos na América do Sul no contexto da “Maré Rosa”:** democracia, estabilidade e governança no século XXI. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/politica/article/view/37501/25381> acesso em 07 mar 2017.

DANESE, Sérgio F. **“Diplomacia Presidencial”.** Rio de Janeiro. Topbooks. 1999.

DEPARTAMENTO DE DERECHO INTERNACIONAL – OEA. **Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca.** Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/b-29.html> acesso em 09 ago 2016.

ESCODÉ, Carlos. **Gran Bretaña, Estados Unidos y la declinación Argentina (1942-1949).** [Monografía] 395f. Buenos Aires: Ed.Belgrano. 1983.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982).** Dissertação (Mestrado em História) 189f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **O tortuoso caminho da cooperação entre Brasil e Argentina: de Itaipu ao Mercosul.** Conjuntura Austral- ISSN: 2178-8839. v. 4, n. 17, 2013.

FERNANDES, Ananda Simões. **A política externa da ditadura brasileira durante os "anos de chumbo" (1968-1974):** as intervenções do "Brasil Potência" na América Latina. In: Revista História Social , v. 18, p. 157-176, 2010.

FERREIRA, Guilherme Augusto Guimarães. **O regionalismo pós-liberal e o resgate da agenda do desenvolvimento.** III Semana de Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos: 2015. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Guilherme-Augusto-Guimarães-Ferreira.pdf> acesso em 01 jul 2017.

FIGUEIREDO, Janaína. **O estilo K e a política Argentina.** Análise de conjuntura, Observatório Político Sul-Americano. n.10. ISSN 1809-8924, 2005.

FRAGA, Rosendo. **Los 90: el fin de la ilusión.** 1 ed., Buenos Aires: Ed. Ateneo, 2001.

FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA. **Brasil e Argentina: O esforço histórico de aproximação política e de integração econômica.** Disponível em: <http://www.flc.org.br/brasil-e-argentina-o-esforco-historico-de-aproximacao-politica-e-de-integracao-economica/> acesso em 07 jul 2017.

GODIO, Julio. **Argentina: luces y sombras en el primer año de transición: las mutaciones de la economía durante el gobierno de Duhalde**. 1 ed., Buenos Aires: Ed. Biblos, 2003.

GRANATO, Leonardo. **As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no Quadro da Integração Regional**: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação. In: Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v.1, n.2, p.69-95, 2012.

HIRST, Monica; SOARES de LIMA, Maria.R; PINHEIRO, Letícia. **A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios**. In: Revista Nueva Sociedad, especial em português, ISSN: 0251-3552, 2010.

HURREL, Andrew. **Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual o espaço para potências emergentes?** In: Hurrel et.al.: Os BRICs e a ordem global. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. In: Lua Nova, São Paulo, n.78, p.143-183, 2009.

KEOHANE, Robert O. (1969). **Lilliputians' Dilemmas**: Small States in International Politics. In: International Organization. v. 23, Issue 02, p 291-310, 1969.

LEITE, Patrícia. **O Brasil e a Cooperação Sul-sul em três momentos da política externa**: os governos Jânio Quadros/ João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Ed. Funag, 2011.

MANZUR, Tânia Maria P. G. **A política externa independente (PEI)**: antecedentes, apogeu e declínio. Lua Nova, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/07.pdf> acesso em 19 jun 2017.

MELLO E SILVA, Alexandra de. **Desenvolvimento e multilateralismo**: um estudo sobre a operação pan-americana no contexto da política externa de JK. Contexto Internacional, v. 14, n. 2, 1992.

MEZA, Raúl Bernal. **Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y MERCOSUR (estrategias, cooperación y factores de tensión)**. Rev. bras. polít. int. v. 51 n. 2, Brasília, 2008.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. **A importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira**. Boletim de Economia e Política Internacional. n.6, abr./jun. 2011. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap8.pdf acesso em 19 jun 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-mensal-2?layout=edit&id=1205> acesso em 19 jun 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. 2 ed., São Paulo.: Ed. Ensaio, 1993.

MORASSO, Carla; PEREYRA, Gisela. **Argentina y Brasil: proyecciones internacionales, Cooperación Sur-Sur e integración.** Compilado. 1 ed. UNR Editora. E-book. ISBN 978-950-673-982-9, 2013.

NICANOFF, Sergio; PITA, Fernando. **Regreso y fracaso en três actos: el peronismo (1973-1976).** In: Pasados Presentes. Política, economía y conflicto social en la historia argentina contemporânea. Compilado por De Luque, Susana. Buenos Aires: Ed. Dialektik, 2008.

OBRAS COMPLETAS (2000). **Juan Domingo Perón.** Vol.17, Parte 2, Buenos Aires, Editorial Proyecto Hernandarias, p.691.

OLIVEIRA, Amâncio J. ; ONUKI, Janaina. **Política externa Brasileira e relações Sul-Sul.** In: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, 24p. São Paulo, USP, 2013.

OLIVEIRA, Raisa Gomes. **Operação Condor: o terrorismo de Estado no Cone Sul e o papel hegemônico dos Estados Unidos.** In: RICRI v.1, n.1, p.30-52, 2013.

O POPULAR. **Brasil e Argentina hoje resolvem seus problemas, diz Cristina Kirchner.** Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/brasil-e-argentina-hoje-resolvem-seus-problemas-diz-cristina-kirchner-1.24211> acesso em 22 de jul 2017.

PALÁCIO DO PLANALTO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Galeria de Presidentes.** Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/galeria-de-presidentes> acesso em 05 de jul 2017.

PANIZZA, Francisco. **La Marea Rosa.** In: Análise de Conjuntura OPSA N.8 ISSN1809-8924, 2006.

PECEQUILO, Cristina S. **As estratégias de cooperação Sul-sul nos marcos da Política Externa brasileira de 1992 a 2007.** In: Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 50, n. 2, 2008.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Expansão das multinacionais.** Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/expansao-das-multinacionais.htm> acesso em 25 jul 2017.

PEREIRA, Lia Valls. **Brasil, Argentina e o projeto Mercosul: relações comerciais para definir a parceria?** Conjuntura Econômica, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/23142/21906> acesso em 24 jul 2017.

PETRI, Fernanda Calil.; WEBER, Beatriz Teixeira. **Os efeitos da globalização nos processo de integração dos blocos econômicos.** Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, 78, UFSM, v. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao02-2006/2006%20%20artigo%205.pdf> acesso em 05 jul 2017.

PINHEIRO, Letícia; SALOMÓN, Monica. **Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos.** In: Rev. Bras. Polít. Int. v.56, n.1, p.40-59, 2013.

PINTO, Luiz Antônio. **Internacionalização de empresas brasileiras no Mercosul: estudo de caso.** [Mestrado] Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1998. Disponível em:

http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Luiz_Antonio_Pinto.pdf acesso em 25 jul 2017.

ROMERO, Luiz Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

SANAHUJA, José Antonio. "Del 'regionalismo abierto' al 'regionalismo post-liberal'. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina y el Caribe" In: Laneydi Martínez, Lázaro Peña y Mariana Vázquez (coords.), Anuario de la Integración de América Latina y el Gran Caribe nº 7, 2008-2009, Buenos Aires, Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), p. 11-54, 2009.

SANTOS, Lucas Guimarães Alves. **Brasil e Argentina sob o Mercosul: uma análise do comércio bilateral**. [Monografia] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/464/4/LGASantos.pdf> acesso em 23 jun 2017.

SANTOS, Ana Carlos dos.; SILVA, Thaíres da. **Ditadura militar**: refletindo a importância da memória na defesa da verdade e na promoção de justiça. Revista da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, v.2, n. 1, 2014. Disponível em: http://revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista_autos_e_baixas/article/view/55/31 acesso em 23 jun 2017.

SARAIVA, José Flávio Sombra (2004). **Um novo ensaio estratégico Argentino-Brasileiro: possibilidades e limites**. 2004. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/flacso-br/20121129111714/flavio.pdf> acesso em 28 abr 2015.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007 In: Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 50, n. 2, 2007.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Encontros e Desencontros**: o lugar da Argentina na Política Externa Brasileira. 1 ed. São Paulo: Ed. Fino Traço, 2013.

SATO, Eiiti. **A agenda internacional depois da Guerra-Fria: novos temas e novas percepções**. ISSN 1883-3121. Rev. bras. polít. int. vol.43 no.1 Brasília Jan./June 2000. Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

SCHERMA, Márcio Augusto. **Uma análise das relações comerciais recentes do estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai (2003-2013)**. Trabalho apresentado no VII Taller Paraguayo desde las Ciencias Sociales – Ciudad del Este, 2014.

SERBIN, Andrés.; MARTÍNEZ, Laneydi.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. (Coords). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUL, 2012.

SILVA, Fabricio Pereira da. **Até onde vai a 'onda rosa'?**. Análise de Conjuntura OPSA, p. 1-20, 2010.

SILVA, Karine de Sousa.; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações internacionais de integração regional**: União Europeia, Mercosul e Unsaúl. Florianópolis: Ed. Da UFSC: Fundação Boiteux, 2013.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. **As Relações entre o Governo Cristina Fernández De Kirchner e os Produtores Rurais na Argentina (2007-2011)**. Ponto de Vista, nº 1, 2013. Disponível em: <http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto%20de%20Vista%20N.%202,%20fevereiro%202013.pdf> acesso em 02 jul 2017.

SILVA, Vinicius Carlos da. **Guerra Fria**. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/guerra-fria> acesso em 19 jun 2017.

SIMÃO, Ana Regina. **As Convergências nas Políticas Externas dos Governos Dutra, Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo. Associação Nacional de História, 2011.

SIMÕES, Antônio José Ferreira. **Unasul: a maturidade da América do Sul na construção de um mundo multipolar**. In: Tensões Mundiais. Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 260-272, 2008.

SIMONOFF, Alejandro. Infesta, María Elena (coord). **El centenario de los estudios históricos en La Plata**. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, ISBN 978-950-34-0677-9, 2010. Disponível em :<http://cehlp.fahce.unlp.edu.ar> acesso em 22 de maio 2015.

SISTEMA CONSULAR INTEGRADO. **Atos bilaterais**. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/lista_ato_bil?situacao=&assunto=&periodoFinal_month=01&aonde_ato=1&periodoInicial_ampm=01%2000%3A00&periodoFinal_day=01&captcha=pqg74&periodoInicial_day=01&b_start%3Aint=70&pais=ddf5dbd e66b81b183ec8838a2a927822&periodoFinal_ampm=&palavra_chave=&periodoFinal_year=2014&periodoFinal_min ute=00&periodoFinal=2014-01-01%2000%3A00&form.button.Search=Pesquisar&periodoInicial_hour=00&periodoFinal_hour=00&periodoInicial_ye ar=2002&periodoInicial_minute=00&periodoInicial_month=01 acesso em 02 jul 2017.

_____. **Declaração Presidencial Conjunta sobre o Mercosul**. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_103_2011-09-01-14-10-24 acesso em 02 jul 2017.

SOARES de LIMA, Maria Regina; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. **A Agenda Sul-Americana: mudanças e desafios no início do Século XXI**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília. ISBN 978-85-7631-081-5, 2007.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. FACULTAD DE CIENCIAS JURIDICAS Y SOCIALES. **Consenso de Buenos Aires**. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/45444/Argentina-Brasil_-_Consenso_de_Buenos_Aires_3_p_.pdf?sequence=5 acesso em 30 jul 2017.

VADELL, Javier Albert. **A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner**. In: Revista Brasileira de Política Internacional. v. 49, n. 1: 194-214, 2006.

VADELL, Javier Alberto.; LAMAS, Bárbara.; RIBEIRO, Daniela. **Integração e desenvolvimento no Mercosul: divergências e convergências nas políticas econômicas nos governos Lula e Kirchner**. Revista de Sociologia e Política, v. 17, n. 23, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000200004 acesso em 02 jul 2017.

VARAS, Augusto. **De la coerción a la asociación. Hacia un nuevo paradigma de cooperación hemisférica?**. In: Cono Sur, vol. IX, N.4, p. 1-5, Chile, 1990.

VEGAS, Jorge Hugo Herrera. **Convergencias y divergencias en las relaciones entre Argentina y Brasil**. In: Revista de la Bolsa de Comercio de Rosario. p.6-12, 2012.

VEIGA, Pedro Motta; RÍOS, Sandra P. **O Regionalismo pós-liberal, na América do Sul, origens, iniciativas e Dilemas**. Disponível em: <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/4428-o-regionalismo-pos-liberal-america-sul-origens-iniciativas-dilemas> acesso em 12 de março de 2017.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula**. 1Ed., São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

ANEXOS

ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES DO BRASIL E DA ARGENTINA

Indicadores	Brasil	Argentina
Superfície territorial (km ²)	8.514.877	2.780.400
População (1000 habitantes)	202.656,788 (julho 2014 est.)	43.024.374 (est. julho 2014)
Taxa de crescimento anual da população	0,8% (est. 2014)	0,95 (est. 2014)
Taxa de natalidade (nascimentos/1000 habitantes)	14,72 (est. 2014)	16,88 (est. 2014)
Taxa de mortalidade (mortes/1000 habitantes)	6,54 (2014 est.)	7,34 (2014 est.)
Taxa de urbanização (% da população total)	87 (2010)	92 (2010)
Taxa de mortalidade materna (mortes/100.000 nascidos vivos)	56 (2010)	77 (2010)
Taxa de mortalidade infantil (mortes/1.000 nascidos vivos)	19,21 (est. 2014)	9,96 (est. 2014)
Expectativa de vida (anos)	73,28 (est. 2014)	77,51 (est. 2014)
Taxa total de fertilidade (criança nascida/mulher)	1,79 (est. 2014)	2,25 (est. 2014)
Gastos com educação (% do PIB)	8,9% (2011)	8,1 (2012)
Densidade de médicos (médicos/1.000 habitantes)	1,76 (2008)	3,16 (2004)
Gastos com educação (% do PIB)	5,8 (2010)	6,3 (2011)
Taxa de alfabetização (% da população + 15 anos)	90,4 (est. 2010)	97,9 (est. 2011)
PIB (paridade de poder de compra) US\$ trilhões	2.422 (est. 2013)	771 (est. 2013)
PIB (paridade de poder de compra), US\$ per capita	12.100 (est. 2013)	18.600 (est. 2013)
Força de trabalho (número de trabalhadores, em milhões)	107,3 (est. 2013)	17,32 (est. 2013)
Taxa de desemprego (% da população)	5,7% (est. 2013)	7,5% (est. 2013)
População abaixo da linha de pobreza	21,4% (est. 2013)	30,0 (est. 2013)
Distribuição da renda familiar (índice GINI)	51,9 (2012)	45,8 (2009)
Dívida pública (% do PIB)	59,2 (est. 2013)	45,8% (est. 2013)
Taxa de inflação (a preços para consumidor)	6,2% (est. 2013)	20,8% (est. 2013)

Exportações (US\$ bilhões)	244.8 (est. 2013)	85.08 (est. 2013)
Importações (US\$ bilhões)	241.4 (est. 2013)	65.55 (est. 2013)
Reservas em moeda estrangeira e ouro (US\$ bilhões)	241.4 (est. 31/12/2013)	33.65 (est. 31/12/2013)
Dívida externa (US\$ bilhões)	475.9 (est. 31/12/2013)	111.5 (est. 31/12/2013)
Estoque nos países de investimento direto estrangeiro (US\$ bilhões)	663.3 (est. 31/12/2013)	115.9 (est. 31/12/2013)
Estoque no estrangeiro de investimento direto estrangeiro (US\$ bilhões)	179.6 (est. 31/12/2014)	34.21 (est. 31/12/2013)
Produção de eletricidade (bilhões de kWk)	530.7 (est. 2011 est.)	119.3 (est. 2010)
Consumo de eletricidade (bilhões de kWk)	455.8 (est. 2010 est.)	111.1 (est. 2010)
Capacidade instalada de geração de eletricidade (milhões de kW)	113.7 (est. 2010 est.)	32.87 (est. 2010)
Exportação de petróleo (barris/dia)	619,100 (est. 2010 est.)	90,920 (est. 2010)
Importação de petróleo (barris/dia)	343,600 (est. 2010 est.)	0 (est. 31/12/2013)
Consumo de petróleo (barris/dia)		623.280 (2013)
Reservas comprovadas de petróleo (bilhões de barris)	13.15 (est. 01/01/2013)	2.805 (est. 01/01/2013)
Produção de produtos refinados de petróleo (milhões barris/dia)	2.108 (est. 2010)	622,200 (est. 2010)
Produção de gás natural (bilhões de m ³)	17.03 (est. 2012)	38.77 (est. 2011)
Consumo de gás natural (bilhões de m ³)	25.2 (est. 2010)	43.29 (est. 2010)
Reservas comprovadas de gás natural (bilhões de m ³)	395.5 (est. 01/01/2013)	332.5 (est. 01/01/2013)
Linhas instaladas de telefone (milhões)	44.3 (2012)	10,0 (2012)
Ferrovias (km)	28.538 (2008)	36.966 (2008)
Rodovias (km)	1.580.964 (2010)	231.374 (2004)
Gastos militares (% do PIB)	1.47 (2012)	0.91 (2012)

Fonte: FUNDAÇÃO LIBERDADE E CIDADANIA, 2017, s/p.

ANEXO B – CRONOLOGIA DO MERCOSUL

26/03/1991 - Assinatura do Tratado de Assunção, que fixa metas, prazos e instrumentos para a construção do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).
19/09/1991 - Criação a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL por iniciativa de deputados e senadores dos Estados Partes.
29/11/1991 - Firma do Acordo de Complementação Econômica n.º 18 no âmbito da Associação Latino-americana de Integração (ALADI).
17/12/1991 - Assinatura do Protocolo de Brasília, que institui sistema temporário de solução de controvérsias para o MERCOSUL.
05/08/1994 - Aprovação da Tarifa Externa Comum (TEC), a ser aplicada às importações de extrazona, a partir de 1/1/1995.
05/08/1994 - Criação da Comissão de Comércio do MERCOSUL.
17/12/1994 - Assinatura do Protocolo de Ouro Preto, que estabelece as bases institucionais do MERCOSUL.
15/12/1997 - Inauguração da Sede Administrativa do MERCOSUL em Montevidéu, sob a denominação "Edifício MERCOSUL".
24/07/1998 - Aprovação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile.
18/02/2002 - Assinatura do Protocolo de Olivos, que cria o Tribunal Permanente de Revisão (TPR).
06/10/2003 - Criação da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), localizada em Montevidéu, como órgão do Conselho do Mercado Comum (CMC).
01/01/2004 - Entrada em vigor do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL.
13/08/2004 - Instalação do Tribunal Permanente de Revisão, em Assunção (Paraguai).
16/12/2004 - Criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).
07/12/2005 - Entrada em vigor do Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL.
09/12/2005 - Assinatura do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.
24/05/2006 - Assinado o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.
15/11/2006 - Aprovação do primeiro orçamento do FOCEM.
14/12/2006 - Sessão Inaugural do Parlamento do MERCOSUL.
18/01/2007 – Aprovados os primeiros projetos pilotos do FOCEM.
18/01/2007 - Criação do Instituto Social do MERCOSUL.
24/02/2007 – Entrada em vigor do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.
07/05/2007 – Sessão de instalação do Parlamento, em Montevidéu.
28/06/2007 - Criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) para as transações comerciais realizadas entre os Estados Partes do MERCOSUL.
15/12/2008 - Criação do Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF).
15/12/2008 - Aprovação do Estatuto do “Fundo MERCOSUL de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas” (Fundo Pymes).
15/12/2008 - Aprovação do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU.
01/06/2009 - Entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia.
24/07/2009 - Assinatura do Memorando de Entendimento para a Promoção de Comércio e Investimentos entre o MERCOSUL e a República da Coreia.
24/07/2009 - Criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL.
07/12/2009 - Criação do Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL (FPTur).
23/12/2009 - Entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio subscrito entre o MERCOSUL e o Estado de Israel.
02/08/2010 - Aprovação de cronograma para a eliminação da dupla cobrança da TEC.
02/08/2010 - Aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (Decisão CMC nº 27/10).
16/12/2010 - Aprovação do Acordo sobre Defesa da Concorrência do MERCOSUL.
16/12/2010 - Criação da placa veicular do MERCOSUL ("Patente MERCOSUR").
16/12/2010 - Aprovação do Plano Estratégico de Ação Social – PEAS.
16/12/2010 - Instituição da Unidade de Apoio à Participação Social – UPS.
16/12/2010 - Aprovação do Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.
16/12/2010 - Adoção do Programa de Consolidação da União Aduaneira do MERCOSUL (Decisão CMC N° 56/10).

17/12/2010 - Criação do cargo de Alto Representante-Geral.
20/12/2011 - Assinatura de Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Palestina.
20/12/2011 - Assinatura do Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL (Ushuaia II).
12/08/2012 – Entrada em vigor do Protocolo de Adesão da Venezuela.
06/12/2012 - Implementação do Plano Estratégico de Ação Social.
07/12/2012 - Assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL.
07/12/2012 - Criação do Fórum Empresarial do MERCOSUL.
17/12/2014 - Assinatura do Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e o Líbano.
17/12/2014 - Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a Tunísia.

Fonte: BRASIL, MERCOSUL, 2017 (Adaptado pela autora).

ANEXO C – CONSENSO DE BUENOS AIRES



UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS Y SOCIALES

INSTITUTO DE INTEGRACION LATINOAMERICANA



CONSENSO DE BUENOS AIRES

1. Nosotros, los Presidentes de la República Argentina, Néstor Kirchner, y de la República Federativa del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, convencidos de que el bienestar de los pueblos constituye el objetivo prioritario de ambos gobiernos, reafirmamos nuestra voluntad de intensificar la cooperación bilateral y regional para garantizar a todos los ciudadanos el pleno goce de sus derechos y libertades fundamentales, incluido el derecho al desarrollo, en un marco de libertad y justicia social acorde con los valores, propósitos y objetivos establecidos en la Cumbre del Milenio.
2. Destacamos la trascendencia que la consolidación de la democracia política posee para nuestra región así como nuestro común propósito de fortalecerla, asumiendo la responsabilidad histórica que nos concierne en relación con el combate a la pobreza y la desigualdad, el desempleo, el hambre, el analfabetismo y la enfermedad, que configuran una pérdida efectiva de autonomía y dignidad de las personas, obstaculizando gravemente el ejercicio pleno de la ciudadanía.
3. Convenimos en impulsar decididamente en el proceso de integración regional la participación activa de la sociedad civil, fortaleciendo los órganos existentes, así como las iniciativas que contribuyan a la complementación, la asociatividad y el diálogo amplio y plural.
4. Manifestamos nuestra convicción de que, en un contexto mundial signado por la aceleración de un proceso de globalización que ha ampliado el horizonte de las posibilidades humanas pero que, paralelamente, ha generado inéditas modalidades de concentración económica, nuestras naciones deben definir su futuro en el marco de una agenda que responda a las necesidades, posibilidades y desafíos que singularizan a nuestros países en el comienzo del siglo XXI.
5. Nos comprometemos a instrumentar políticas públicas que apunten el crecimiento sostenido y la distribución equitativa de sus beneficios, propiciando ordenamientos tributarios y fiscales más justos.
6. Tenemos la certeza de que el flagelo de la pobreza no se resuelve con planes asistenciales. Aún cuando éstos constituyan un paliativo obligado hasta la efectiva solución del problema, no deben tender a cristalizar una sociedad dividida entre quienes tienen trabajo y quienes son asistidos. Por ello, nos proponemos impulsar todas las acciones necesarias para disminuir las elevadas tasas de desocupación que castigan a nuestras sociedades, generando condiciones propicias para el desarrollo de los negocios y la inversión productiva.
7. Somos conscientes del papel estratégico que nuestros Estados deben desempeñar y redoblabemos los esfuerzos tendientes a fortalecer sus instituciones, profesionalizar a la administración pública, mejorar su capacidad de respuesta, incrementar su eficacia y asegurar una mayor transparencia en los procesos de toma de decisiones.
8. Reconocemos que nuestra común aspiración al desarrollo implica otorgar una absoluta prioridad a la educación como herramienta de inclusión social, en tanto su capacidad integradora y equiparadora no ha sido superada por ninguna otra política social. En tal sentido, a través de la política educativa, nuestros gobiernos procurarán garantizar a todos los ciudadanos la adquisición de capacidades de aprendizaje que les permitan desarrollarse a lo largo de su vida, en una sociedad cambiante que requiere la actualización constante de destrezas y habilidades.

9. Reafirmamos nuestro compromiso para construir una sociedad de la información orientada por los objetivos de inclusión social, de erradicación del hambre y de la pobreza, de la mejora de la salud y la educación, así como de alcance de un desarrollo económico y social equilibrado.

10. Sabemos que la revolución informática trae novedosas oportunidades de participación y de acceso al conocimiento, pero presenta inéditos peligros de exclusión, generando una brecha tecnológica entre nuestras naciones y los países altamente industrializados. En este marco, nuestros pueblos deben incorporarse al mundo digital, por lo que nos proponemos desarrollar la infraestructura necesaria, de manera tal que todos los ciudadanos y las empresas, especialmente las pequeñas, estén en condiciones de participar activamente de las ventajas que ofrece la sociedad de la información.

11. Redoblabremos los esfuerzos para que nuestras universidades e institutos de ciencia y tecnología multipliquen y potencien sus vínculos, con el fin de generar un polo científico tecnológico regional que profundice las investigaciones básica y aplicada, con criterios de sostenibilidad y equidad social.

12. Consideramos que muchos de los problemas que hoy nos aquejan reconocen una base en los fuertes desequilibrios y desigualdades regionales existentes en el ámbito de nuestras naciones. Por lo tanto, nos proponemos instrumentar políticas de desarrollo regional que contemplen y respeten la diversidad del territorio.

13. Reafirmamos nuestra convicción de que el trabajo decente, tal como es concebido por la OIT, es el instrumento más efectivo de promoción de las condiciones de vida de nuestros pueblos y de su participación en los frutos del progreso material y humano. Auspiciamos la próxima Conferencia Regional de Empleo del MERCOSUR en marzo de 2004 y deseamos que de sus resultados surjan líneas de acción que nos permitan ir alcanzando en nuestras comunidades niveles satisfactorios de cohesión social y dignidad del trabajador y su familia.

14. Reiteramos nuestra adhesión a los principios consagrados en la Declaración de Río sobre Medio Ambiente y Desarrollo y a los programas de acción establecidos por la Agenda 21 adoptada por la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente e Desarrollo y en el Plan de Implementación adoptado por la Cumbre sobre Desarrollo Sustentable.

Expresamos nuestra firme intención de cooperar y coordinar acciones con vistas a la promoción de los objetivos consagrados en los acuerdos multilaterales ambientales, tales como la Convención de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático y su Protocolo de Kyoto y la Convención sobre Diversidad Biológica, entre otros.

Continuaremos aunando esfuerzos en la búsqueda de soluciones sustentables para la gestión integrada de los recursos hídricos compartidos, con la intención de propiciar el desarrollo sustentable de nuestras poblaciones.

15. Ratificamos nuestra profunda convicción de que el MERCOSUR no es sólo un bloque comercial sino que constituye un espacio catalizador de valores, tradiciones y futuro compartido. De tal modo, nuestros gobiernos se encuentran trabajando para fortalecerlo a través del perfeccionamiento de sus instituciones en los aspectos comerciales y políticos y de la incorporación de nuevos países.

16. Entendemos que la integración regional constituye una opción estratégica para fortalecer la inserción de nuestros países en el mundo, aumentando su capacidad de negociación. Una mayor autonomía de decisión nos permitirá hacer frente más eficazmente a los movimientos desestabilizadores del capital financiero especulativo y a los intereses contrapuestos de los bloques más desarrollados, amplificando nuestra voz en los diversos foros y organismos multilaterales. En este sentido, destacamos que la integración sudamericana debe ser promovida en el interés de todos, teniendo por objetivo la conformación de un modelo de desarrollo en el cual se asocien el crecimiento, la justicia social y la dignidad de los ciudadanos.

17. Reafirmamos nuestro deseo de continuar con las negociaciones de la Ronda de Doha en bases equilibradas y con reales perspectivas de éxito, en particular en el capítulo agrícola, superando la falta de resultados concretos en Cancún. Reafirmamos nuestro firme compromiso con los objetivos de la Agenda de Doha e instamos a los países desarrollados a cooperar de manera efectiva para su realización, de modo de consolidar un sistema multilateral de comercio abierto, sin distorsiones y no discriminatorio. Declaramos, asimismo, nuestra intención de generar nuevas alianzas y estrategias conjuntas con otros países con los cuales compartimos intereses y preocupaciones semejantes.

18. Reiteramos nuestro compromiso con una continuada y estrecha coordinación de posiciones en la búsqueda de acuerdos equilibrados, que incrementen las relaciones del MERCOSUR con los demás socios, en particular la Comunidad Andina, con el objetivo de mayor prosperidad para todos.

Coincidimos en la disposición de continuar participando desde el MERCOSUR en las negociaciones del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), con el objetivo de alcanzar un acuerdo equilibrado que respete los intereses disímiles de los participantes y dote al proceso de la flexibilidad necesaria para permitir que la negociación se desarrolle conforme a la situación de cada uno de los países y bloques involucrados. Para ello, coincidimos en reafirmar la propuesta de formato metodológico presentada por el MERCOSUR, por considerar que la misma constituye una alternativa realista que permitirá alcanzar un acuerdo satisfactorio en enero de 2005.

19. Expresamos que la administración de la deuda pública debe tener como horizonte la creación de riqueza y de puestos de trabajo, la protección al ahorro, la reducción de la pobreza, el fomento de la educación y la salud y la posibilidad de mantener políticas sostenibles de desarrollo económico y social.

20. Enfatizamos nuestro compromiso histórico con el fortalecimiento de un orden multilateral fundado en la igualdad soberana de todos los Estados y rechazamos todo ejercicio de poder unilateral incompatible con los principios y propósitos consagrados por la Organización de las Naciones Unidas.

21. Entendemos que el multilateralismo y el respeto a las normas y principios del derecho internacional deben permanecer en primer plano en todos los esfuerzos relacionados con la seguridad internacional y, particularmente, con relación a los objetivos de desarme y no proliferación.

Reafirmamos el papel central de las Naciones Unidas y del Consejo de Seguridad en las relaciones internacionales como el principal instrumento universal para el mantenimiento de la paz y de la seguridad internacionales, y la promoción del desarrollo económico y social de forma sustentable. Subrayamos la necesidad de la estricta observancia de la Carta de la ONU y de los principios y normas universalmente reconocidos del derecho internacional por todos los miembros de la comunidad internacional.

Reafirmamos la necesidad de combatir las amenazas a la paz y a la seguridad internacional y el terrorismo, en conformidad con la Carta de las Naciones Unidas y con los instrumentos jurídicos de que son partes Argentina y Brasil.

22. Afirmamos nuestra voluntad de trabajar conjuntamente para la concreción del presente consenso y hacemos extensiva nuestra convocatoria a todos los países latinoamericanos para alcanzar así una sociedad más justa, equitativa y solidaria, que fortalezca la democracia en la región.

16 de octubre de 2003

Néstor Kirchner

Luiz Inácio Lula da Silva

FONTE: UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. FACULTAD DE CIENCIAS JURIDICAS Y SOCIALES, 2017.

ANEXO D- LISTA DOS PRESIDENTES DA ARGENTINA E DO BRASIL.

Período	Argentina	Período	Brasil
1946-1952	Juan Domingo Perón	1946-1950	Eurico Gaspar Dutra
1952-1955	Juan Domingo Perón	1951-1954	Getúlio Dornelles Vargas
1955 (setembro a novembro)	Eduardo Lonardi	1954-1955	José Café Filho
1955-1958	Pedro Eugenio Aramburu	1956-1961	Juscelino Kubitschek de Oliveira
1958-1962	Arturo Frondizi	1961 (janeiro a agosto)	Jânio da Silva Quadros
1962-1963	José Maria Guido	1961-1964	João Belchior Marques Goulart
1963-1966	Arturo Humberto Illia	1964-1967	Humberto de Alencar Castello Branco
1966-1970	Juan Carlos Onganía	1967-1969	Arthur da Costa e Silva
1970-1971	Roberto Marcelo Levingston	1969-1974	Emílio Garrastazu Médici
1971-1973	Alejandro Agustín Lanusse	1974-1979	Ernesto Geisel
1973 (maio a julho)	Héctor José Cámpora	1979-1985	João Batista de Oliveira Figueiredo
1973 (julho a outubro)	Raúl Alberto Lastiri	1985-1990	José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney)
1973-1974	Juan Domingo Perón	1990-1992	Fernando Afonso Collor de Mello
1974-1976	Isabel Martínez de Perón	1992-1994	Itamar Augusto Cautiero Franco
1976-1981	Jorge Rafael Videla	1995-1998	Fernando Henrique Cardoso
1981 (março a dezembro)	Roberto Eduardo Vilela	1999-2002	Fernando Henrique Cardoso
1981-1982	Leopoldo Galtieri	2003-2006	Luiz Inácio Lula da Silva
1982-1983	Reynaldo Bignone	2007-2010	Luiz Inácio Lula da Silva
1983-1989	Raúl Alfonsín	2011-2014	Dilma Rouseff
1989-1999	Carlos Menem	2015-2016	Dilma Rouseff
1999-2001	Fernando De La Rúa		
2001	Federico Ramón Puerta (Presidente interino)		
2001	Adolfo Rodríguez Saá		
2001-2002	Eduardo Camaño		

2002-2003	Eduardo Alberto Duhalde		
2003-2007	Néstor Carlos Kirchner		
2007-2015	Cristina Elisabet Fernández de Kirchner		
2015-2019	Mauricio Macri		

Fonte: CASA ROSA PRESIDENCIA DE LA NACIÓN; PALÁCIO DO PLANALTO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Adaptado pela autora).